

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 4/2015

Sessão Ordinária realizada em 2015/06/26



----- Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas, no Edifício Pirâmide em Abrantes, reuniu a Assembleia Municipal de Abrantes, presidida por António Lucas Gomes Mor, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Primeiro Secretário Manuel Duarte dos Santos e pela Segunda Secretária Isilda Manuela Gomes dos Santos Alves Jana. -----

Assiduidade – (doc. 1) -----

INTERVENÇÃO DOS CIDADÃOS

----- Não houve inscrições. -----

Expediente: -----

----- Foi dado conhecimento do expediente com maior relevância, ficando disponível para consulta no serviço administrativo da Assembleia Municipal, tal como todo o expediente recebido: -----

1 – Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda. – Parecer sobre as contas consolidadas do Município referente ao exercício de 2014; -----

2 – Grupo Parlamentar do PCP: -----

a) – Projeto de Regulação dos horários de funcionamento das unidades de comércio e distribuição. -----

*A pedido de José Miguel Vitorino (PSD) re-
fute o documento n.º 34.*

O Presidente

O 1.º Secretário: Manuel Duarte dos Santos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 4/2015

Sessão Ordinária realizada em 2015/06/26



b) - Pedido de Apreciação Parlamentar sobre o Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio – “Aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de setembro”. -----

2 – Câmara Municipal de Abrantes: -----

a) – Respostas a pedidos de esclarecimento da Bancada do PSD; -----

b) – Respostas a pedidos de esclarecimento da Bancada do BE; -----

c) – Informação – Rede Social. -----

----- A Assembleia Municipal, **por unanimidade**, admitiu duas propostas, da CDU e do PS, sobre o Hospital do Médio Tejo. (docs. 2 e 3). -----

Atas -----

----- Posta à votação a **ata nº 2/2015**, por decisão do Senhor Presidente da Assembleia na sequência da interpelação do Senhor Deputado Armindo Silveira (BE) que discorda do modo como a mesma foi lavrada, **não foi votada**. (doc. 4) -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apelou a que a documentação referente às intervenções sejam feitas chegar à Mesa atempadamente. -----

----- **Ata nº 3/2015:** -----

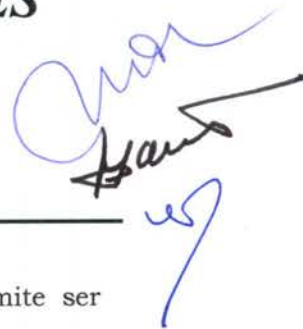
----- O Senhor Deputado Municipal Armindo Silveira (BE) detetou algumas falhas na sua elaboração, nomeadamente: -----

a) – Falta do resumo da intervenção do Senhor Presidente da União das Juntas de Freguesia de S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo e da sua resposta. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 4/2015

Sessão Ordinária realizada em 2015/06/26



b) – Na sua intervenção, onde em resposta à Senhora Presidente não admite ser pressionado. (doc. 5) -----

----- O Senhor Primeiro Secretário da Assembleia esclareceu que a elaboração das atas é da responsabilidade da Mesa. -----

----- Que os Senhores Deputados Municipais que detetarem falhas, incorreções ou omissões devem fazer chegar à Mesa as suas observações para, após análise, a ata ser corrigida. -----

----- Apela, mais uma vez, aos Senhores Deputados para entregarem os apontamentos das suas intervenções atempadamente. -----

----- Posta à votação a **ata nº 3/2015** foi **aprovada por maioria**, com duas abstenções (1 – PS + 1 – PSD) e um voto contra BE. -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O Senhor Deputado Municipal Luis Lourenço (CDU) fez a apresentação da sua moção sobre o Centro Hospitalar do Médio Tejo. (doc. 2) -----

----- A Senhora Deputada Municipal Piedade Pinto (PS) fez a apresentação da sua moção pela defesa do Centro Hospitalar do Médio Tejo. (doc. 3) -----

----- Esclareceu que o Grupo de Acompanhamento da Assembleia já reuniu e aguarda a marcação da reunião com o Conselho de Administração. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 4/2015

Sessão Ordinária realizada em 2015/06/26



----- Acabou propondo a junção das duas moções. -----

----- O Senhor Deputado Municipal António Paulo (PS) sobre o encerramento do ano letivo, sendo o momento de promover a reflexão sobre os resultados e a avaliação do esforço e dos benefícios. (doc. 6) -----

----- O Senhor Deputado Municipal Francisco Vilela (PS) referiu a participação de dois alunos, João Bento e José Ferreira, do Agrupamento de Escolas nº 2 nos campeonatos de cálculo mental, propondo um voto de louvor pelo 1º e 2º lugares, em diferentes categorias. (doc. 7) -----

----- A Senhora Deputada Municipal Margarida Togtema (PSD) considera que o aproximar do calendário eleitoral afasta o bom senso e desvia a energia e o tempo de alguns para a procura de protagonismo. -----

----- Assim: -----

----- A entrevista da Senhora Presidente da Câmara sobre a criação do Grupo Hospitalar do Ribatejo. -----

----- O retomar do tema da Reforma Judiciária e do novo mapa judiciário. -----

----- A questão das portagens na A23. (doc. 8) -----

----- Chamou a atenção para as obras de acesso à estação elevatória da Cabeça Gorda que deixam as estradas em estado miserável, pondo em causa a segurança das pessoas e o estado dos veículos. (doc. 9) -----

----- O Senhor Deputado Municipal Diogo Valentim (PSD) interpelou a Senhora Presidente da Câmara sobre: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 4/2015

Sessão Ordinária realizada em 2015/06/26



a) – O preço da água; -----

b) – O acordo sobre as 35 horas de trabalho no Município. (doc. 10) -----

----- O Senhor Deputado Municipal Armindo Silveira (BE) deu conhecimento à Assembleia das perguntas feitas à Câmara Municipal e respetivas respostas sobre: ----

a) – Manutenção do açude; -----

b) – Monitorização da descarga de águas residuais na zona industrial norte. -----

----- Questionou a Câmara sobre: -----

1) – Câmaras de videovigilâncias no Tecnopolo; -----

2) – Informação anexa às faturas dos Serviços Municipalizados; (doc. 11) -----

----- O Senhor Deputado Municipal José Vitorino (PSD) mostrou o seu desagrado por:

a) – A disposição dos Deputados na sala. -----

b) – A dificuldade no acesso a fichas elétricas; -----

c) – O difícil acesso à rede de internet; -----

----- Apoiou o voto de louvor aos alunos participantes no campeonato de cálculo mental. -----

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Abrantes e Alferrarede, em resposta à intervenção da Senhora Deputada Municipal Margarida Togtema, considera-a preocupada com os tempos que se aproximam. -----

----- Da sua intervenção deduz-se que quer silenciar a Senhora Presidente da Câmara em período eleitoral. -----

----- Sobre saúde, a Senhora Presidente da Câmara e da CIMT falou várias vezes e em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 4/2015

Sessão Ordinária realizada em 2015/06/26

vários locais. -----

----- Considera que o PSD, no início em relação ao Tejo, teve uma atitude de demagogia e hipocrisia. -----

----- Participou, no Parque Tejo, com vários autarcas, Presidentes da CIMT, Associações e Agência do Ambiente na discussão dos problemas do Tejo. -----

----- O PSD fez comunicados a chamar a atenção para os incidentes no Tejo que levaram à morte dos peixes. -----

----- Espera continuar a contar com a participação do PSD na defesa dos interesses de Abrantes. -----

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo considera que para fazermos uma avaliação séria temos de saber para onde vamos. -----

----- Não podemos continuar a discutir levianamente a existência do açude. -----

----- O açude, ainda hoje, é uma obra inovadora que leva o nome de Abrantes pelo mundo fora. -----

----- Já proporcionou o impensável, a possibilidade de termos campeões. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bemposta realçou a resposta rápida dos nossos bombeiros no ataque a um incêndio na Chaminé, bem como a ajuda da população. -----

----- Chamou a atenção para as dificuldades dos Presidentes das Juntas no desempenho da sua missão, derivada da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- As Juntas de Freguesia têm dificuldade em contratar pessoal. -----

----- As Juntas de Freguesia têm necessidade de aplicar herbicidas, necessitando de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 4/2015

Sessão Ordinária realizada em 2015/06/26

----- pessoal com formação. -----
----- Estranha que o nosso Centro de Emprego desconheça a organização e
comparticipação de cursos de formação, ao contrário de outros. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal respondeu às questões postas,
destacando: -----

a) – Corpo de Bombeiros: -----

----- Congratula-se com a sua criação e o trabalho desenvolvido; -----

b) – Disponibilidade de mão-de-obra: -----

----- A Senhora Diretora Adjunta do Centro de Emprego e Formação Profissional
informou que a propriedade é para a abertura das escolas; -----

c) – Aplicação de produtos fitofarmacêuticos: -----

----- A escola de Mouriscas e o Instituto de Emprego e Formação Profissional não
avançar com iniciativas; -----

d) – Câmaras no Tecnopolo: -----

----- O processo está ainda em curso; -----

e) - Faturas da água: -----

----- A informação contida é para divulgação de iniciativas culturais, desportivas e
outras importantes; -----

f) – Comparação das tarifas da água entre Abrantes e Lisboa. -----

----- A divergência tem a ver com problemas de escala. -----

----- As nossas tarifas têm permitido aos Serviços Municipalizados trabalhar
autonomamente e realizar as obras de captação e abastecimento, sem comparticipação
de fundos comunitários. -----

----- O Governo prepara a fusão de sistemas para acertar tarifas. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 4/2015

Sessão Ordinária realizada em 2015/06/26

----- O sector da água tem estado a subsidiar os resíduos sólidos, com pagamento à VALNOR, mais elevado. -----

g) – Acordo das 35 horas. -----

----- Aguarda, há mais de um ano, homologação do Senhor Secretário de Estado que pretende vir à CIMT assinar vários. -----

h) – Saúde: -----

----- Sobre a criação do Centro Hospitalar do Ribatejo a Senhora Deputada Idália Serrão pediu informação ao Senhor Ministro. -----

----- Em reunião com a CIMT e a outra CIM, o Governo informou das vantagens, que só pretendia auscultar os autarcas. -----

----- Em princípio, discorda da fusão. -----

----- Está empenhada na criação da Unidade Local de Saúde. -----

----- A expectativa de apoio de médicos do RAME vai-se arrastando. -----

----- O próprio número de efetivos do RAME está sempre a diminuir, tendo a última informação do Senhor General de que serão cerca de 200 e nem sempre todos em permanência. -----

----- Reunião, ontem, com um Grupo Parlamentar sobre saúde, tendo pedido audiências a todos. -----

i) – Açude: -----

----- A Senhora responsável da APA, com reunião marcada com o Senhor Vereador, teve necessidade de a informar de que nada tinha a ver com a vinda das televisões; ---

j) – Investimentos: -----

----- Convida a Senhora Deputada Margarida Togtema a fazer um levantamento, com o apoio da biblioteca, dos investimentos feitos, em Abrantes, pelos Governos PS e PSD. -

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 4/2015

Sessão Ordinária realizada em 2015/06/26

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação os louvores a João Bento e a José Ferreira que foram **aprovados por unanimidade**. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

1 - Informação escrita da Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade Municipal (doc. 12) -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal, além da informação escrita, destacou: -----

a) – Investimentos dos SMA: -----

----- Aquisição de viatura para os resíduos sólidos; -----

----- ETAR dos Carochos; -----

----- ETAR das Bicas; -----

----- ETAR da Barca do Pego; -----

b) – Obras em Carreira do Mato: -----

----- Situação preocupante, da responsabilidade das Águas do Centro, estando prevista uma reunião para segunda-feira; -----

c) – Tejo: -----

----- Reunião na segunda-feira passada com o Senhor Secretário de Estado do Ambiente e técnicos da APA que correu muito bem. -----

----- Preocupações com a qualidade e quantidade da água que põe em causa os peixes e os instrumentos feitos ao longo do rio. -----

----- Sobre o açude e a escada passa peixes ficou prometida uma reunião com os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 4/2015

Sessão Ordinária realizada em 2015/06/26



autores e executores em Coimbra para encontrar a melhor solução. -----

----- Também se pretende que os adjudicatários da mini-hídrica participem neste processo e na manutenção do açude, agora em baixo, devido às obras da ponte. -----

d) – Dia da Cidade: -----

----- Decorreu na Igreja de Santa Maria do Castelo com o brilho da intervenção do Professor Fernando Catroga sobre celebrações e comemorações. -----

----- Quanto às festas, decorreram bem, apesar do adiamento do último concerto, devido ao tempo. -----

----- Em breve, vai haver uma reunião com todos os intervenientes, Associações, comerciantes, artesãos e comunicação social para reflexão e melhoria do modelo. -----

e) – Projeções: -----

----- Creative Camp – Balanço e programa de 2015; -----

----- Encerramento do QREN – informação da Câmara disponível no site; -----

----- CIMT – investimento territorial integrado. -----

----- Em nota final, deu a informação de o nosso Município ter sido excluído do contrato de desenvolvimento social, precisando de perceber os critérios de seleção. ----

----- O Senhor Deputado Municipal Armindo Silveira (BE) colocou três questões sobre o mau funcionamento dos centros escolares recentemente inaugurados. (doc. 13) -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal estranha que as anomalias no Centro da Bemposta ocorram só com o pré-escolar. -----

----- Há problemas e questões que terão de ser melhoradas. -----

----- A Câmara está a melhorar os espaços exteriores. -----

----- Os Centros Escolares cumprem os requisitos energéticos. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 4/2015

Sessão Ordinária realizada em 2015/06/26

----- Sob o ponto de vista de funcionalidade, os projetos foram acompanhados pela Universidade de Aveiro. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal alertou para o rigor introduzido pelo Tribunal de Contas nas obras públicas. -----

----- A divergência nos trabalhos projetados e executados não é comparticipada. -----

----- A evolução, na eficiência energética, é muito rápida, não compatível com os prazos que medeiam entre a conceção e execução dos projetos públicos. -----

2. - **Consolidação de Contas 2014** -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal, recorrendo a projeções, apresentou o documento. -----

----- Trata-se de uma técnica contabilística que permite apresentar as contas de um grupo, como se fosse só de uma entidade. -----

----- A sua exigência deve-se à Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. -----

----- Posta à votação a proposta foi **aprovada por maioria**, com 11 (onze) abstenções (1 – BE + 3 – CDU + 7 – PSD) (doc. 14) -----

----- O Senhor Deputado Municipal Diogo Valentim (PSD) apresentou declaração de voto oral. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu a discussão conjunta dos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 4/2015

Sessão Ordinária realizada em 2015/06/26

pontos 3) a 7) o que foi aceite. -----

3. - Apoio às Freguesias: -----

a) - União das Freguesias de Alvega e Concavada – XIV Feira Gastronómica e Cultural de Alvega; -----

b) - União das Freguesias de Abrantes e Alferrarede – Cedência do Cine Teatro S. Pedro, em Abrantes; -----

c) - Junta de Freguesia de Mouriscas – Cedência da Escola – 23ª Feira Mostra de Artesanato e Gastronomia; -----

d) - União das Freguesias de S. Facundo e Vale das Mós – Corte de árvore -----

4. - Extinção do protocolo para gestão do cemitério de Alferrarede -----

5. - Compromisso plurianual: -----

a) - Transportes escolares – vinhetas; -----

b) - Consulta jurídica – Dr. Montalvo; -----

c) - Consulta jurídica – Drª Paula; -----

d) - Manutenção dos extintores adstritos ao Município de Abrantes; -----

e) - Aquisição de licenciamento Microsoft; -----

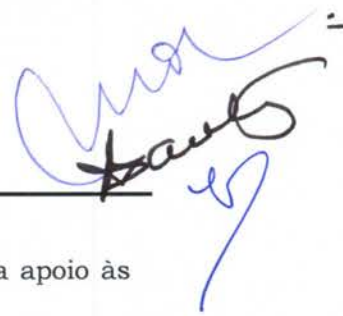
6. - Autorização de procedimento concursal para cinco assistentes operacionais – Serviços Municipalizados de Abrantes -----

7. - Alteração ao Mapa de Pessoal; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 4/2015

Sessão Ordinária realizada em 2015/06/26



----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal justificou o **ponto 3)** para apoio às Freguesias, como consta das deliberações camarárias. -----

----- O **ponto 4)** resulta de ter sido aprovado contrato interadministrativo. -----

----- Quanto ao **ponto 5)**, trata-se de contratos plurianuais. -----

----- Quanto ao **ponto 6)**, a proposta deve-se à saída concretizada e prevista de oito colaboradores e à dificuldade dos contratos de emprego de inserção. -----

----- Quanto ao **ponto 7)**, respeita a postos de trabalho necessários ao desenvolvimento normal das atividades. -----

----- Houve seis saídas de colaboradores, por aposentação, licença sem remuneração e mobilidade. -----

----- Postas à votação, **as propostas de deliberação foram:** -----

----- **Ponto 3.a) – aprovada por unanimidade.** (doc. 15) -----

----- **Ponto 3.b) – aprovada por unanimidade.** (doc. 16) -----

----- **Ponto 3.c) – aprovada por unanimidade.** (doc. 17) -----

----- **Ponto 3.d) – aprovada por unanimidade.** (doc. 18) -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 4/2015

Sessão Ordinária realizada em 2015/06/26

----- **Ponto 4) – aprovada por unanimidade.** (doc. 19) -----

----- Postas à votação, as propostas de deliberação foram: -----

----- **Ponto 5.a) – aprovada por unanimidade.** (doc. 20) -----

----- O Senhor Deputado Municipal Armindo Silveira (BE) definiu o seu sentido de voto contra aos pontos 5.b), 5.c), 5.d) e 5.e). (docs. 21 e 22) -----

----- Quanto ao ponto d) pergunta porque é que a Casa Salgueiro, do nosso Concelho, não foi convidada. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal vai averiguar a razão, podendo haver algum impedimento legal. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que só podem ser convidados os que reúnam os requisitos legais. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Armindo Silveira (BE), face a estes esclarecimentos, vai-se abster no ponto 5.d). -----

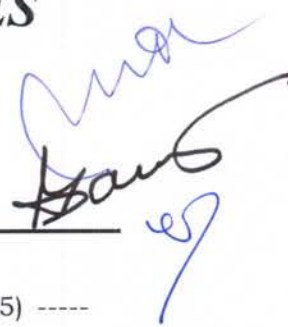
----- **Ponto 5.b) – aprovada por maioria,** com 1 (um) voto contra do BE. (doc. 23) -----

----- **Ponto 5.c) – aprovada por maioria,** com 1 (um) voto contra do BE e 5 (cinco) abstenções do PSD. (doc. 24) -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 4/2015

Sessão Ordinária realizada em 2015/06/26



----- **Ponto 5.d) – aprovada por maioria**, com 1 (uma) abstenção do BE. (doc. 25) -----

----- **Ponto 5.e) – aprovada por maioria**, com 1 (um) voto contra BE. (doc. 26) -----

----- **Ponto 6) – aprovada por unanimidade**. (doc. 27) -----

----- O Senhor Deputado Municipal José Vitorino (PSD) apresentou declaração de voto oral. -----

----- **Ponto 7) – aprovada por unanimidade**. (doc. 28) -----

----- O Senhor Deputado Municipal José Vitorino (PSD) apresentou declaração de voto oral. -----

8. - Moção – Contra a Privatização do troço da A23 entre Torres Novas e Abrantes **- Proposta do BE** -----

----- O Senhor Deputado Municipal Armindo Silveira (BE) apresentou o documento. (doc. 29) -----

----- Posta à votação a **Moção** foi **aprovada por maioria**, com 4 (quatro) votos a favor (1 – BE + 3 – CDU) e 27 abstenções (1 – CDS/PP + 19 PS + 7 – PSD). (doc. 30) -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 4/2015

Sessão Ordinária realizada em 2015/06/26

9. - Auscultação da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo - Proposta do BE.

---- O Senhor Deputado Municipal Armindo Silveira (BE) apresentou a proposta que decorre da Lei. (doc. 31) -----

---- Reconhece que a Senhora Presidente da Câmara Municipal, na sua dupla qualidade, já abordou algumas questões. -----

---- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que todos os Presidentes de Câmaras pertencem ao executivo Intermunicipal. -----

---- A nossa Presidente tem trazido sempre informação relevante. -----

---- O BE não tem nenhum eleito na Assembleia Intermunicipal. -----

---- A informação da atividade da CIMT está disponível no seu site. -----

---- A Senhora Presidente da Câmara Municipal, apesar de considerar a questão pertinente, tem dúvidas de que na próxima Assembleia haja matéria justificativa por estarem a decorrer negociações. Está sempre disponível. -----

---- A 7 de julho haverá uma reunião de Câmara, extraordinária, onde serão aprovados um conjunto de documentos (Plano de Urbanização, Plano Estratégico e Plano para a Igualdade). -----

---- Convida à presença de todos. -----

---- Para debater estes assuntos, irá pedir ao Senhor Presidente da Assembleia uma Assembleia extraordinária a realizar até ao fim de julho. -----

---- O Senhor Deputado Municipal Armindo Silveira (BE) considera que o esclarecimento não é só para o Bloco, mas para todos os cidadãos. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 4/2015

Sessão Ordinária realizada em 2015/06/26

----- Sugere a inclusão na Ordem de Trabalhos para conhecimento dos cidadãos, da informação relevante da CIMT. -----

----- Posta à votação, a **proposta** foi **rejeitada** por maioria de 11 (onze) votos contra (1 – CDS + 10 – PS) e 13 (treze) abstenções (6 – PS + 7 – PSD) e com 4 (quatro) votos a favor (1 – BE + 3 – CDU). (doc. 32) -----

10. – Moção conjunta -----

----- As moções apresentadas foram juntas numa só, que foi admitida por unanimidade. (doc. 33) -----

----- A Senhora Deputada Municipal Piedade Pinto (PS) apresentou a moção. -----

----- A Senhora Deputada Municipal Margarida Togtema (PSD) tem uma posição contrária à moção por o seu entendimento da portaria ser diferente. -----

----- Convida a ler o preâmbulo e o número 6 do artigo 2º que diz tratar-se de um plano estratégico. -----

----- Precisamos de saber que soluções propomos e que diligências fizemos. -----

----- A Assembleia, em conjunto com o Conselho de Administração, deve definir o plano estratégico. -----

----- Nada há na portaria que justifique a fusão dos centros. -----

----- Em resposta ao Senhor Presidente da União das Freguesias de Abrantes e Alferrarede, esclarece que os deputados do PSD não vieram só ao açude pois,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 4/2015

Sessão Ordinária realizada em 2015/06/26

estiveram na Ortiga, conjuntamente com pessoas de diferentes partidos, dando origem à apresentação de uma resolução na Assembleia da República para pressionar o Governo. -----

----- A Senhora Deputada Municipal Piedade Pinto (PS) afirma não haver possibilidade de diferentes leituras. -----

----- A reformulação da rede hospitalar tem a ver com a troika. -----

----- Podemos perder a cardiologia porque o serviço de Santarém é mais forte. -----

----- A estratégia é montada para definir as diferentes especialidades. -----

----- A nomeação de mais um elemento para o conselho de Administração quer significar alguma coisa. -----

----- A nossa comissão pode ser importante para junto do Conselho de Administração saber o que pensa e o que está a negociar. -----

----- Há um risco enorme de se perderem valências. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na qualidade de Deputado Municipal, considera a questão demasiada preocupante. -----

----- Apela a que se evitem os divisionismos. -----

----- Este aproveitamento divisionista já está a fazer com que os concursos fiquem desertos. -----

----- Da sua experiência no Conselho de Administração sabe das limitações orçamentais ao seu funcionamento. -----

----- Os hospitais têm valências, mas já não têm profissionais, obrigando os doentes a andar de um lado para o outro. -----

----- O Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santarém fez a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 4/2015

Sessão Ordinária realizada em 2015/06/26

afirmação, até hoje ainda não desmentida. -----

----- O Senhor Deputado Municipal José Matafome (CDS-PP) diz que ninguém quer a saída de uma valência. -----

----- Não pode votar a favor da moção por causa da sua parte ideológica. -----

----- Claro que é preciso racionalização e contenção de despesas. -----

----- Posta à votação, a **Moção** foi **aprovada por maioria**, com 6 (seis) votos contra (1 – CDS-PP + 5 – PSD) e 2 (duas) abstenções (Presidentes da União das Freguesias de Aldeia do Mato e Souto, e Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos), e 24 (vinte e quatro) votos a favor (1 – BE + 3 – CDU + 20 – PS). (doc. 33) -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos pela uma hora e quinze do dia vinte e sete de abril de dois mil e quinze, tendo todos os textos das propostas de deliberação, (docs. 14 a 20, 23 a 28, 30, 32 e 33), sido aprovados em minuta, nos termos do n.º3 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 3 do artigo 29º do Regimento. -----

O Presidente da Assembleia

António Lucas Gomes Mor

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 4/2015

Sessão Ordinária realizada em 2015/06/26



O 1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

A 2ª Secretária



Isilda Manuela Gomes dos Santos Alves Jana

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

(Assiduidade)

ÓRGÃOS	ORDEM	PARTIDO	ELEITOS	Sessão Ordinária 26 de junho de 2015	Presença	Falta	Situação
CÂMARA MUNICIPAL	1	PS	Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque		✓		
	2		Manuel Jorge Séneca Luz Valamatos Reis		✓		
	4		Celeste Maria Ferreira Riachos Simão		✓		
	6		João Carlos Caseiro Gomes		✓		
	7		Luís Filipe Correia Dias		✓		
CÂMARA MUNICIPAL	3	PSD	Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório		✓		
	5	CDU	Avelino Manuel Conceição Manana		✓		
ASSEMBLEIA MUNICIPAL	6	PS	António Lucas Gomes Mor		✓		
	2		Manuel Duarte dos Santos		✓		
	4		Isilda Manuela Gomes dos Santos Alves Jana		✓		
	8		Francisco José Vilela Mendes		✓		
	9		Maria de Fátima Vicente Ferreira Chambel		✓		
	12		António Manuel Godinho Paulo		✓		
	15		Jorge do Carmo Beirão		✓		
	16		Maria da Piedade Dias Fernandes Pinto		✓		
	19		Alfredo Moreira dos Santos		-	F	Justificada
	20		Sónia Maria de Matos Pedro		-	F	Justificada
	Lista		Celso José Pacheco da Silva		✓		
	3	PSD	Ana Margarida Almeida Pinho Neno Togtema		✓		
	14		Diogo João Ferreira Valentim		✓		
	17		José Miguel Antunes Martins Vitorino		✓		
	Lista		João Gonçalves da Silva Teodoro		✓		
			Ana Sofia Chambel Dias		✓		
	5	CDU	Elsa Cristina Guerreiro Lopes		-	F	Justificada
	11		Luís Miguel Pires Lourenço		✓		
			José Augusto das Neves Dias		✓		
	Lista	BE	Armindo Rodrigues Silveira		✓		
		CDS-PP	José Vasco de Lacerda Ruivo Matafome		✓		
JUNTAS DE FREGUESIA	PS		Manuel João Salvador Alves	JF Bemposta	✓		
			Luís Serras Vermelho	JF Carvalhal	✓		
			Sónia Cristina Brunheta Campos Alagoa	JF Fontes	✓		
			Maria Teresinha Conceição Garcia Barreiro	JF Martinchel	✓		
			M. Florinda F.S. Sagueiro / Sérgio Manuel Cabedal das Neves	JF Pego	✓		
			Vitor Hugo Braz Vicente Cardoso	JF Tramagal	✓		
			Bruno Jorge Vicente Tomás	UF Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	✓		
			José Manuel Rodrigues Felício	UF Alvega e Concavada	✓		
			António Martins Campos	UF São Facundo e Vale das Mós	✓		
			Luís Teixeira Alves	UF São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	✓		
	PSD		Rui Manuel Vasco André	JF Rio de Moinhos	✓		
			Álvaro Manuel Paulino	UF Aldeia do Mato e Souto	✓		
	CDU		Maria Teresa Matos Santos Dinis	JF Mouriscas	✓		

- RM** Renúncia de Mandato
S Pedido de Substituição
SM Suspensão de Mandato
F Falta Justificada

MOÇÃO

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) é o garante da universalidade e qualidade na prestação de cuidados de saúde a todos os portugueses, independentemente das suas condições económicas ou sociais.

Nos últimos anos temos assistido a uma estratégia política de tentativas de destruição do SNS que se traduz em cortes orçamentais, com consequente subfinanciamento, concentração e encerramento de serviços e valências e enorme carência de profissionais de saúde. Assiste-se, cada vez mais, a uma transferência de custos da saúde para os utentes, designadamente através do aumento das taxas moderadoras e não atribuição de transportes de doentes não urgentes, indispensável para o acesso a consultas, exames, tratamentos ou cirurgias.

Ao mesmo tempo que os governos cortam no SNS, têm aumentado continuamente as verbas destinadas às Parcerias Público Privadas (PPPs).

As medidas de reorganização hospitalar já feitas, e as anunciadas, foram entretanto enquadradas pela Portaria n.º 82/014, rejeitada por muitos setores do País e também nesta Assembleia Municipal, em sessão de 20 de Junho de 2014.

A reestruturação hospitalar foi anunciada com termos bondosos, mas todos os resultados das que já foram realizadas apontam para a sua verdadeira natureza:

- Por um lado economicista, porque pretende reduzir a despesa pública em saúde a todo o custo, sem olhar às consequências na prestação dos cuidados de saúde aos utentes;
- Por outro lado, ideológica, porque o resultado tem sido a redução dos serviços públicos e a promoção da privatização da saúde.

ma
(doc. 2)
A
ADRIANA
DISCUSSÃO
(por unanimidade)
26.6.2015

O resultado final destas políticas seria um sistema de saúde a duas velocidades, baseado nas condições económicas das famílias em que por um lado, um serviço de saúde desvalorizado, assente num pacote mínimo de serviços e por outro lado, um serviço de saúde que permitiria o acesso a todos os cuidados, assente em seguros de saúde e destinado a quem o poder pagar.

A anunciada criação do Grupo Hospitalar do Ribatejo, coberta pela já referida Portaria 82, insere-se nesta estratégia política.

O Centro Hospitalar do Médio Tejo perderá valências, as acessibilidades ficarão mais difíceis para utentes e familiares, os cuidados de proximidade cada vez ficarão mais longe de serem atingidos.

Tendo em conta o acima exposto a Assembleia Municipal de Abrantes delibera:

- Reiterar a rejeição da Portaria n.º 82/2014;
- A rejeição da formação do Grupo Hospitalar do Ribatejo;
- A defesa intransigente da manutenção do Centro Hospitalar do Médio Tejo (CHMT);
- Exigir a manutenção e a dinamização das valências de Urgência, Medicina Interna, Pediatria e Cirurgia Geral nos três hospitais do CHMT.

Abrantes, 26 de Junho de 2015

Os Eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Abrantes

Luís Miguel Simões

Moção: Pela defesa do Centro Hospital Médio Tejo

Foi tornado público a intenção do governo em criar o Centro Hospitalar do Ribatejo, que congregará o Centro Hospitalar do Médio Tejo e o Hospital de Santarém.

A publicação da portaria nº 82/2014 de 10 de abril, que determinou uma nova rede hospitalar e estabeleceu os critérios que permitem categorizar as unidades hospitalares do Serviço Nacional de Saúde. Ainda não foi colocada em prática, mas está na lei Portuguesa, deste modo pode ser aplicada. Ao analisar a portaria de modo a perceber as implicações para a população do concelho de Abrantes verifica-se o seguinte:

- O **Centro Hospitalar Médio Tejo foi posicionado** no grupo I, o mais baixo. Significa que que poderá ter as valências médicas e cirúrgicas de: medicina interna, neurologia, pediatria médica, psiquiatria, cirurgia geral, ginecologia, ortopedia, anestesiologia, radiologia, patologia clínica, imunoterapia e medicina física e de reabilitação.
- Relativamente às valências que o CHMT hoje detém como: oftalmologia, otorrino, pneumologia, cardiologia, gastroenterologia, nefrologia (hemodiálise), corre o risco de as perder, porque a sua permanência tem que ser negociada.
- As valências de urologia, cirurgia plástica deixaram de existir no CHMT porque o grupo I dos hospitais não as pode exercer, salienta-se que estas não são negociáveis nesta portaria.
- Relativamente à maternidade e nefrologia atualmente existem no CHMT, mas, poderão deixar de fazer parte da oferta de cuidados de saúde deste centro hospitalar, porque não fazem parte das valências do grupo I.
- O **Hospital de Santarém foi posicionado no grupo II**, este grupo é de uma maior complexidade relativamente ao grupo atribuído ao CHMT, neste grupo poderão existir as valências médicas e cirúrgicas do Grupo I, acrescido das valências de oftalmologia, pneumologia, cardiologia, reumatologia, gastroenterologia, nefrologia, hematologia clínica, infecciologia, oncologia médica, neonatologia, imuno-alergologia, ginecologia/obstetrícia, dermato-venerologia, otorrinolaringologia, urologia, cirurgia vascular, neurocirurgia, anatomia patológica, medicina nuclear e neurorradiologia;

O **Conselho de Ministros** aprovou na passada quinta-feira, 18 de junho de 2015, a continuação dos quatro atuais membros do Conselho de Administração do Hospital Distrital de Santarém e nomeou um novo elemento, cujo nome ainda não foi revelado.

A agência Lusa, que cita fonte do hospitalar avançou que o objetivo da nomeação de mais um elemento destina-se a "equilibrar" a estrutura deste hospital com a existente no Centro

Admitida
a Discussão
(por unanimidade)
26.6.2015
(doc.3)

Hospitalar do Médio Tejo e ter um membro para fazer a articulação na criação do Grupo Hospitalar do Ribatejo.

No dia 5 de junho de 2014 a Assembleia Municipal de Santarém reuniu com a presença do Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santarém, José Josué, que assumiu a criação do Grupo Hospitalar do Ribatejo, integrando os três hospitais do Centro Hospitalar do Médio Tejo e o Hospitalar de Santarém.


Os Presidentes de Câmara do Médio Tejo reuniram no dia 6 de junho de 2014 com o Secretário de Estado Manuel Teixeira, onde foi informado *"sobre a notícia veiculada de eventual criação do grupo hospitalar do Ribatejo, o Secretário de Estado da Saúde informou que não existe qualquer tomada de posição sobre este assunto"*

No dia 7 de outubro de 2013, os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde - Entidade Pública Empresarial, assinaram um contrato com a empresa Antares Consulting. Este contrato visou a elaboração de um estudo sobre a reorganização da oferta hospitalar para a ARSLVT.

Quanto aos resultados deste estudo, o Governo respondeu em 14 de maio de 2014, referindo ter sido entregue "a versão preliminar da proposta" acrescentando que não a podia divulgar, visto tratar-se "de um documento não final e que se encontrava em fase de análise e de discussão interna".

O jornal i publicou em 22 deste mês que teve acesso ao estudo encomendado em 2013 pela ARS de Lisboa e Vale do Tejo à Antares Consulting sobre a reorganização da oferta hospitalar da região.

- O i solicitou o acesso ao trabalho o início do ano passado, tendo recebido o mesmo após parecer positivo da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, já que a ARS alegava ser um documento de trabalho.
- Este estudo segundo o jornal i, revela que 14% dos doentes que necessitam de ser internados do distrito de santarém, são encaminhados para a grande Lisboa por falta de resposta nos hospitais perto de casa, esta é uma das realidades que sobrecarregam a resposta e atrasam os atendimentos na grande Lisboa.
- Na sequência desta análise, revelou ao i o presidente da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, Luís Cunha Ribeiro, que está a ser ultimada uma proposta ao governo para agrupar os hospitais da Lezíria e da península de Setúbal, para que possam criar sinergias e dar resposta a doentes que acabam por estar a vir para Lisboa quando poderiam ter um atendimento mais confortável perto de casa. Outro objetivo



segundo o presidente da ARSLVT é tornar mais viáveis do ponto de vista financeiro os hospitais da região, tanto os locais como os centrais.

- Cunha Ribeiro justifica a contratação externa deste trabalho em pleno processo nacional de reforma hospitalar – medida por cumprir do Memorando de Entendimento – com não haver um gabinete de estudos na ARS. Diz que o estudo vai permitir decisões menos “instintivas”. Muitas propostas, por exemplo no que diz respeito à oferta de especialidades, não serão, porém, aplicadas por ordem superior, garante o responsável. Caberá às administrações dos centros hospitalares mas também dos futuros grupos hospitalares apresentar soluções para as suas carteiras de serviços – processo que Cunha Ribeiro diz estar em curso. O responsável admite ainda assim que a constituição dos tais grupos hospitalares produza alterações **mais imediatas** que as que têm sido observadas nos centros hospitalares da capital, cuja reorganização está dependente da abertura do Hospital Oriental de Lisboa.
- O Jornal i também refere que, numa altura em que tem sido questionado se haverá novidades na reforma hospitalar do Serviço Nacional de Saúde até ao final da legislatura – e em que o governo não esclarece se mantém intenção de rever as redes de referenciação até Junho, como previsto, que é na Península de Setúbal e no Ribatejo que se projetam mais mudanças. Os grupos hospitalares da península de Setúbal e da Lezíria têm um objetivo ambicioso: rever a carteira de valências das unidades, fechando ou abrindo especialidades. Está também previsto – aliás, como no diploma que em 2014 definiu quatro patamares de diferenciação para os hospitais do SNS e que ainda não teve implementação prática – que doentes e médicos se desloquem entre hospitais.
- Em termos práticos, e segundo o jornal i a intenção da ARS no que diz respeito ao Centro Hospitalar do Médio Tejo e o Hospital de Santarém, estes unem--se no grupo hospitalar do Ribatejo. Mantêm gestões autónomas mas passam a trabalhar em conjunto, **podendo fechar ou abrir serviços entre si, seguindo ou não as propostas da Antares, garante Cunha Ribeiro**. Os consultores propõem que o CHMT tenha dermatologia, só sendo encaminhados para a capital os casos mais complexos. E tanto o CHMT como o Hospital de Santarém deverão ter oferta de endocrinologia.

Em resumo e analisando os factos anteriormente apresentados:

Os resultados do estudo não foram entregues aos autarcas das regiões envolvidas, para que estes se possam pronunciar com base no estudo, mas também de acordo com as necessidades de cuidados de saúde da região que tão bem conhecem.

É incompreensível que os resultados deste estudo, não tenham sido tornados públicos, para que a população abrangida pelo mesmo se pronuncie.

A recondução do atual Conselho de Administração do Hospital Distrital de Santarém (ao qual foi adicionado um elemento com a responsabilidade exclusiva de acompanhar o processo de criação do novo Grupo Hospitalar do Ribatejo), pode suscitar a leitura política de que o Executivo preparou nomeações à pressa, em fim de legislatura, com critérios e propósitos pouco transparentes, permitindo a leitura de que se trata de mais uma manobra eleitoralista, promovida à revelia da vontade das populações.

A criação desta mega- estrutura de saúde pode provocar danos irreparáveis ao Distrito, podendo colocar em causa a prestação de cuidados de saúde aos mais de 400 mil cidadãos que constituem a população da região".

A Assembleia Municipal de Abrantes através da sua Comissão de Acompanhamento dos Serviços de Saúde irá fazer um acompanhamento amigável desta situação.

A Assembleia Municipal de Abrantes não conhecendo todos os pormenores do estudo, tendo em conta a análise supra citada, que fez sobre esta situação, refere que deste modo, é contra a criação do Centro Hospitalar da Lezíria/Ribatejo.

A Assembleia decide enviar esta moção a:

A Sua Excelência o Presidente da República

A Sua Excelência o Primeiro-ministro.

A Sua Excelência o Ministro da Saúde.

A Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde.

A todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República.

À Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.

À Administração Regional de Saúde do Médio Tejo, I.P.

26 de Junho de 2015

Membro da Assembleia Municipal de Abrantes

Piedade Pinto

Partido Socialista



Acta da Sessão Extraordinária desta Assembleia referente à celebração do 25 de Abril

É com enorme apreensão que constatamos que esta acta não resume as intervenções ocorridas no dia 25 de Abril. Faltam as intervenções do sr. Bacelar Gouveia, da Sra Presidente do executivo Municipal, do Sr Presidente desta Assembleia e das bancadas parlamentares.

Aliás, embora as opções de cada bancada a ela diz e só a ela diz respeito, entendemos que o envio das intervenções, para os serviços administrativos desta Assembleia, facilitaria o trabalho de transcrição das mesmas.

No entanto, o não envio pelas bancadas parlamentares das referidas intervenções, não é razão para que não seja feito o resumo da sessão pelos serviços competentes.

Como acreditamos que o trabalho desenvolvido nesta assembleia é de vital importância para este Concelho e fará parte integrante da memória política deste órgão, o facto de não ficar registado essas intervenções, será uma lacuna imperdoável na história deste concelho pois qualquer cidadão, instituição ou entidade que queira consultar o arquivo da Assembleia Municipal de Abrantes, seja por mera curiosidade, para trabalho académico ou outrem, deparará com um vazio do qual o Bloco de Esquerda não quererá ser responsabilizado.

Se as intervenções não forem incluídas nesta acta, votaremos contra.

(O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda)
Armando Silveira



Assembleia Municipal de ABRANTES
Sessão de 26 de Junho de 2015

Acta da Sessão Ordinária de 29 de Abril

É com enorme apreensão que constatamos que esta acta não resume certas intervenções ocorridas no dia 29 de Abril.

Falta o resumo da intervenção do Sr Presidente da União das Freguesias de S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo, o que achamos estranho pois o Sr. Presidente faz uma intervenção, no nosso entender, relevante pois afirma que a oposição não valoriza o complexo do Aquapólis, quando até em países longínquos este é valorizado e que a oposição só tem interesse em denegrir pois a importância que dá a esta obra é a de trazer câmaras ao açude insuflável para mostrar a infeliz ocorrência do dia 3 de Abril de 2015. Também corroborou com as explicações do executivo municipal ao atribuir a mortandade de peixes ao baixo nível do caudal e ao afirmar que as comportas do açude estavam em baixo por causa das obras na ponte rodoviária. Referiu ainda que o seu interesse era o interesse da população.

A esta intervenção, o deputado do Bloco de Esquerda, respondeu que todos lutavam pelo interesse das populações; que os peixes morreram, não devido ao baixo nível do caudal, mais sim por causa de uma comporta da escada passa peixe estar fechada como declarações públicas de um cidadão o confirmavam e que as comportas do açude estavam em baixo por outra razão e não a pedido das Estradas de Portugal, E.P pois só a 8 de Abril esta empresa tinha entrado em contacto com a Câmara de Abrantes, como uma carta a ser apresentada por outra bancada assim o provaria, o que veio a acontecer.

Também falta o resumo da intervenção do deputado do BE, onde este, em resposta à Sra Presidente do executivo Municipal, afirma que não admite ser pressionado, que nunca acusou ninguém desta Assembleia de corrupção como o documento que leu, e que tem em suas mãos o prova e que a gravação desta sessão pode ser utilizada como a Sra Presidente entender.

Reafirmamos que o trabalho desenvolvido nesta assembleia é de vital importância e que a não inclusão dos registos acima referidos será uma lacuna grave com a qual o Bloco de Esquerda não concordará e votará contra a aprovação desta acta.

(O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda)
Armindo Silveira

(doc. 6)

Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal
Restante mesa
Sr.^a Presidente do executivo
Sr.^{as}. e Srs. Vereadores
Caros presidentes de Junta
Sr.^{as}. e Srs. Deputados Municipais
Comunicação social
Meus Srs., minhas Sr.^{as}



Conclui-se por estes dias mais um ano letivo, as escolas abriram e fecharam portas, lecionaram matéria, avaliaram os alunos e este será, porventura, o momento de promover uma reflexão sobre os resultados, avaliar se o esforço e os benefícios são proporcionais.

Muito se poderá falar sobre este tema, poderemos mesmo politizá-lo da pior forma, transformando-o numa arma de arremesso e confronto político, falar de tudo o que de mau tem sido feito ao sistema de ensino, aos seus utentes e aos seus profissionais. Esse não é hoje o meu propósito, pretendo sobretudo fazer duas coisas: homenagear o profissionalismo e a resiliência dos professores que, contra tudo e contra todos conseguem preservar o que de mais importante o ensino tem; refletir sobre um sistema de ensino que não é organizado a pensar nas necessidades do aluno e da sociedade e sobretudo perguntar o que podemos nós cidadãos, pais, responsáveis por instituições e também nós políticos, fazer para contribuir para a necessária e urgente mudança de paradigma do sistema.

Começo então pelo reconhecimento devido aos professores e a todos os profissionais do ensino que, apesar das adversidades diversas que vão desde a redução da retribuição salarial por via dos impostos e congelamento de carreiras, à degradação das condições de trabalho com aumento do número de alunos por turma, mais horas de trabalho, mais tarefas administrativas, mais insegurança profissional e uma data para reforma que faz temer pelo futuro, mesmo com a falta de reconhecimento e carinho que merecem por parte dos responsáveis, os profissionais do ensino mantêm a máquina em movimento com empenho e dedicação, mesmo que muitas vezes em completa

discordância com as orientações superiores. A todos estes profissionais quero aqui publicamente prestar o meu reconhecimento pelo que fazem e pela forma como o fazem, muito, muito obrigado.

Muitas vezes me questiono sobre qual seria o resultado se estes profissionais estivessem devidamente reconhecidos e motivados e o sistema de ensino focado naquilo que realmente importa. Porventura não faria sentido intervir hoje aqui com esta intenção.

Mas centro-me agora numa questão que me absorve e me perturba enquanto cidadão, pai e porque não como político: "refletir sobre um sistema de ensino que não é organizado a pensar nas necessidades do aluno e da sociedade", ora, todos nós que sempre aqui vivemos e conhecemos o sistema de ensino orientado desta forma, porventura não nos teremos questionado sobre a valia da solução que temos há demasiados anos, não nos temos interrogado de forma consistente sobre o porquê de um sistema de ensino que não orienta, não ajuda a decidir o futuro, não dialoga com os alunos e com as famílias, não dispõe das propostas que a economia carece e continua de forma autista a insistir numa solução unica para o futuro dos nossos jovens, não dignificando alternativas e permitindo que se repita incessantemente a frustração, a desilusão e por vezes outros desencantos que remetem demasiados jovens para caminhos que não foram a sua opção, parece mesmo fatalismo, coisa bem portuguesa, o fado.

Convido-vos todos a conhecer esta realidade, a falar com pais e professores, convido-vos a observar as pautas de notas do ensino secundário e questionem-se sobre o porquê de tanto desanimo e finalmente ouçam os jovens, tentem perceber o que os move e sobretudo o que não os motiva, porque não se empenham, porque não acreditam.

Aqueles que por vississitudes diversas na procura de melhor vida viveram e trabalharam fora do país contam entusiasmados como por lá é diferente e a escola se preocupa com a orientação académica e profissional dos seus alunos, se preocupa em proporcionar opções válidas para um futuro integrador

profissionalmente, contam sobretudo do reconhecimento das profissões e da dignidade dos seu profissionais.

Sabemos todos da dimensão e da inércia que é reconhecida a um ministério como o da educação, sabemos também dos vícios diversos de que a máquina enferma, acredito assim que só uma atuação de maior proximidade poderá mudar algo, talvez num futuro próximo a municipalização da educação abra algumas portas e permita aos jovens mais e melhores opções de futuro. Até lá desafio o município a inscrever esta preocupação na sua agenda, a incentivar esta discussão nos Conselhos Gerais em que se faz representar, desafio o Conselho Municipal de Educação a reflectir sobre este tema, tenho a fundada esperança que dentro em breve encontraremos menos jovens "perdidos na vida", sem rumo, sem objectivos por que se bater.

Finalmente uma nota importante, este ano como creio que nos anos anteriores, o despacho normativo 10-A/2015 que regula o arranque do ano letivo, diz, no seu artigo 13º ponto 9 : "Com vista à prevenção do insucesso e do abandono escolares, e sem prejuizo das medidas previstas no número 3, a escola deve organizar em momentos do ano letivo à sua escolha, oportunamente divulgados à comunidade escolar, atividade de orientação vocacional e escolar que permitam ..." e continua discriminando, ciclo a ciclo, o que deverá ser feito com "vista à prevenção do insucesso escolar" através da orientação vocacional e escolar. Pergunto se alguém já percebeu estas iniciativas nas escolas.

Um país não pode nem deve desistir do seu bem mais precioso, as pessoas, especialmente dos jovens, serão eles os responsáveis pelo que de bom e mau acontecer no futuro, cumpramos a nossa função geracional e ajudemo-los a crescer com dignidade e esperança no futuro.

Muito obrigado

António Paulo

Abrantes, 26 de Junho de 2015

(doc. 7)

Campeonatos escolares superTmatik, ano lectivo 2014/2015

O Agrupamento de Escolas Nº 2 de Abrantes tem um Bicampeão Mundial e um Vice-campeão Mundial de Cálculo Mental

O Agrupamento de Escolas nº 2 de Abrantes participou nos Campeonatos Escolares – superTmatik Cálculo Mental – 2015, cuja Grande Final Online decorreu de 20 de abril a 8 de maio. Nesta fase da competição participaram os campeões e vice-campeões de cada categoria (ano de escolaridade) que realizaram três tentativas, resolvendo 15 questões com vista à obtenção do melhor tempo. O aluno **João Bento** que, no ano letivo anterior, obteve o 1º lugar na categoria 6, no presente ano lectivo conquistou, mais uma vez, o primeiro lugar na categoria 7. Registamos, também, a participação do aluno **José Ferreira** que obteve um brilhante segundo lugar na categoria 5.

Dada a qualidade dos resultados obtidos a participação do Agrupamento cumpriu e superou os objetivos a que se propunha: Fomentar o interesse pela prática do cálculo mental, desenvolver destrezas numéricas e de cálculo, reforçar a componente lúdica na aprendizagem da Matemática, detetar e promover talentos na área do cálculo mental. Permitiu ainda dar a conhecer e divulgar os pontos fortes do Agrupamento.

De salientar, ainda, o facto do tempo realizado pelo aluno João Bento, 33.66 segundos, constituir o melhor tempo de todas as categorias.

Propõe-se um voto de louvor ao aluno João Bento, por mais uma vez ser Campeão Mundial e propor também um voto de louvor ao aluno José Ferreira pelo seu 2º lugar, sendo assim vice-campeão Mundial.

PAOD - Intervenção da bancada do Partido Social Democrata na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 26 de Junho de 2015

Dizíamos, recentemente, que os ventos eleitoralistas têm, por norma, a faculdade de tornar o ar irrespirável e afastar uma coisa absolutamente fundamental: o bom senso das coisas! Aquele que, em benefício do interesse colectivo e do bem comum, é capaz de afastar hipocrisias, alarmismos e desejo incontrolável de protagonismo.

Temos assistido, nos últimos tempos, fruto destes ventos eleitoralistas, ao início da improdutividade que, por regra, é característico dos períodos de campanha eleitoral nos quais a energia e o tempo são canalizados para a procura de protagonismo, em prejuízo da resolução dos problemas reais que afectam a vida das pessoas. E o problema é que a campanha ainda nem começou.

O nosso concelho não é excepção e também aqui vemos os nossos governantes mais preocupados em fazer campanha do que em pensar o desenvolvimento do seu território e resolver problemas que necessitam de atenção e, muitas vezes, requerem medidas urgentes.

Concretizemos:

A Senhora Presidente da Câmara, numa entrevista à Rádio Hertz, no passado dia 17, prometia fazer “finca-pé” ao Governo, afirmando que “não estamos disponíveis para afastar a saúde da população”, reagindo dessa forma àquilo que disse ser “a intenção do Governo em avançar para a criação do Grupo Hospitalar do Ribatejo, uma junção que, a confirmar-se, irá mudar, certamente, os hospitais de Tomar, Torres Novas e Abrantes tal e qual como os conhecemos”.

O que pretende tal entrevista senão protagonismo através da estratégia do alarmismo despropositado e inconsequente a que já nos habituámos?

E tal é confirmado pelas suas próprias palavras, pois em momento subsequente afirma que – e passamos novamente a citar – “Não sabemos o que está aqui em causa pois não conhecemos o detalhe do estudo... não sabemos se está em causa a cirurgia, a maternidade, a ortopedia.... Percebemos é que há intenção de se criar condições para rentabilizar e optimizar a distribuição de valências pelas quatro unidades. Se por três isso já é difícil, então imaginemos por quatro.” Fim de citação.

Perante isto é inevitável perguntar: Se não conhece o estudo, porquê tanto alarido? Porquê insinuar o encerramento de valências? Se

percebe, como diz, que se quer rentabilizar e otimizar recursos, porquê estar imediatamente contra? Não soa a contradição??! Não manda o bom senso e a prudência que antes de falarmos publicamente sobre as coisas nos informemos convenientemente sobre elas? O que é isto senão alarmismo e sede de protagonismo?

É a isto que se chama governar em prol do interesse colectivo e com vista à promoção do bem-estar social? Não é alarmismo afirmar, com a informação de que dispunha naquele momento, que - e volto a citar - "não se augura nada de bom." Senhora Presidente, como é que reconhecendo que desconhece o estudo afirma perentoriamente que se trata de "afastar a saúde dos cidadãos"? Perdoem-me mas a isto chamamos irresponsabilidade.

E atentemos no que afirma a seguir. Passamos a citar: "Temos um Centro Hospitalar do Médio Tejo a funcionar com grande debilidade e sabemos que existe um hospital de Santarém que não funciona melhor. Quando se juntam duas coisas que funcionam menos bem, não é para melhorar mas sim para piorar". Fim de citação. Permitam-me uma brincadeira. Se a minha matemática não me atraiçoa, não é bem assim, pois menos com menos dá mais, por isso não sejamos fatalistas, Sra. Presidente!!

Mas esta posição é simultaneamente estranha e curiosa, pois parece que a Sra. Presidente prefere duas coisas que reconhece não funcionarem bem, afastando assim, de facto, a saúde dos cidadãos, do que procurar soluções que alterem este estado de coisas e que permitam, verdadeiramente, aproximar a saúde dos cidadãos. Não é este conformismo que gera desenvolvimento, mas isto é mais uma expressão do *status quo* a que o Partido Socialista já nos habituou.

Fica aqui bem claro que o que é importante para a Senhora Presidente, e possivelmente para muitos outros socialistas, é fazer barulho, dizer mal por dizer, de forma a gerar o pânico e a intranquilidade, em vez de, de forma responsável e com o rigor que a questão exige, contribuir construtivamente para a solução do problema que, esse sim, e como também reconhece, é grave.

Mas para que não restem dúvidas explicitamos aqui o que se passou e que, no entender da nossa bancada é uma diligência normal e, sobretudo, saudável e desejável em Democracia, quando, efectivamente, o que se pretende é encontrar as melhores soluções que permitam acabar com alguns dos problemas existentes, melhorando o acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde. Ouvir as várias partes interessadas

parece-nos uma atitude louvável e digna de quem está empenhado verdadeiramente em procurar soluções.

Vejamos então o que está aqui em causa: o Ministério da Saúde, com o intuito de encontrar soluções para os problemas que afectam os hospitais portugueses, incluindo os do Médio Tejo - como a Sra. Presidente também reconhece existirem - pediu que fossem realizados alguns estudos.

Na sequência de um deles, que propunha a fusão de centros hospitalares em 2 zonas do País, incluindo a nossa, o Ministério da Saúde quis ouvir os Presidentes de Câmara das localidades onde as unidades hospitalares estão implantadas. Não é este um procedimento normal e desejável? Onde está o problema? A reacção alarmista que isto provocou afigura-se-nos, assim, absolutamente, despropositada. Até parece que o ideal teria sido não os querer ouvir para que, dessa forma, pudessem dizer que o Governo decide tudo sem ouvir ninguém.

Como isso não foi o que aconteceu, e como, nesta altura do campeonato, (peço desculpa pela expressão) o que importa é fazer barulho e perturbar as pessoas para que fiquem mais susceptíveis e manipuláveis, a opção foi apresentar esta auscultação como uma confrontação ou como a transmissão de uma decisão já tomada, distorcendo, por completo a realidade. A comprovar isto estão as palavras que já aqui citámos da Presidente do nosso município, ao reagir àquilo a que chamou "a intenção do Governo em avançar para a criação o Grupo Hospitalar do Ribatejo".

Felizmente que ainda há lucidez e perante tal alarmismo, o deputado Nuno Serra, eleito pelo PSD pelo Distrito de Santarém, questionou o Senhor Ministro da Saúde sobre este assunto, em audiência parlamentar. Apesar da resposta ser pública e ter sido noticiada pelos Meios de Comunicação Social, deixamo-la aqui para que não restem dúvidas sobre a diligência realizada.

"Há dúvidas entre os autarcas desta região, ao contrário por exemplo da região de Setúbal. Só avança com consenso nesta matéria. E mais, dei instrução clara à ARS para aprofundar estudos porque há dúvidas sobre a solução e os estudos entre as várias alternativas não estão feitos. Aquilo que sabemos é que os hospitais da região têm que ter melhor articulação e o mandato é para isso, para beneficiar a articulação entre hospitais e para isso os estudos são necessários. Não há retirada de valências de lado nenhum e isso nunca esteve em cima da mesa". Fim de citação.

Em relação à reunião com os autarcas, o titular da pasta da Saúde esclareceu: “não houve confrontação mas sim auscultação”.

Esclarecido este episódio, parece-nos normal, legítimo e desejável a vontade de envolver os autarcas na procura das melhores soluções para os problemas que afectam e se repercutem nos territórios por que são responsáveis. Quanto ao barulho feito, Sra Presidente, apetece citar um conhecido humorista português: Não havia necessidade! É, contudo, lamentável e preocupante que, entre todas as afirmações que fez, não haja uma única onde se tenha manifestado disponível e interessada em colaborar com o Governo na procura das melhores soluções para o território que governa. E por que é que não o fez? Porque o Partido Socialista não está verdadeiramente interessado no real desenvolvimento do País e no bem-estar dos cidadãos, preferindo antes o alarmismo e o ruído que serve a lógica eleitoralista do deita abaixo,

A confirmar esta intenção eleitoralista está o facto de ter aproveitado a oportunidade de, a propósito da Saúde, retomar o tema, da Reforma Judiciária e do novo Mapa Judiciário. Sobre este tema, e como certamente se lembrarão, a bancada do PSD já aqui deixou bem clara a sua posição, e que consta das intervenções que aqui foram feitas.

Porém, e para que as pessoas possam tirar, por si, as suas conclusões é bom que conheçam a verdade. A verdade verdadeira e não a verdade deturpada e hipócrita que lhes querem vender. E em relação à Reforma Judiciária, como todos saberão, e nós oportunamente referimos, ela era uma das exigências constantes do célebre *Memorandum* de Entendimento que o Partido Socialista, enquanto Governo, assinou, apesar de, recorrentemente ter lapsos de memória e tentar fazer crer que nada teve a ver com isso. O que provavelmente não saberão é que o Partido que fez tanto alarido e tanto ruído por causa de terem sido fechados 20 tribunais é o mesmo que, no Projecto de Reforma Judiciária que preparou antes da queda do Governo de José Sócrates, propunha o encerramento não de 20, mas de 47 Tribunais! E esta?! Isto tem um nome: HIPOCRISIA E DEMAGOGIA.

Mais recentemente, e também com notória intenção eleitoralista, a Sra. Presidente da Câmara de Abrantes e Presidente da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo veio retomar a questão das portagens na A23. E a comprovar tal intenção está a forma como, quase imediatamente, António Costa pegou no tema. Mais um exemplo de hipocrisia e de demagogia. Sra. Presidente, é bom lembrar que a decisão de introduzir portagens na A23 foi tomada no tempo do Governo do PS, no último mandato de José Sócrates, pela mão do então Secretário de

Estado Paulo Campos, perante a falência do sistema de financiamento das Estradas de Portugal. O Eng. Cravinho dizia que as SCUT se pagavam a si próprias, o que se revelou uma mentira. Resultado: a conta está aí para ser paga por nós durante várias gerações. E foi também o Governo do PS, com Mário Lino e Paulo Campos que aumentou desmesuradamente as PPP rodoviárias que temos infelizmente que pagar em todos os Orçamentos de Estado e durante largas dezenas de anos.

Diga-se, aliás, que foi o actual Governo que devolveu ao perímetro orçamental as facturas das concessões rodoviárias, porque o PS, aquilo que fez, foi mascarar as contas públicas, ao desorçamentar estas despesas do Orçamento de Estado, fazendo crer que não havia nada a pagar – nada mais falso, mas não surpreendente.

A Senhora Presidente da Câmara deveria ter pudor em vir ressuscitar estes assuntos, com o único propósito de arranjar temas de arremesso eleitoral. Estranhamente, quando em 2010, deputados do PSD e da CDU questionavam o Governo e pediam esclarecimentos, não se ouviu a sua voz nem a do PS de Abrantes! Onde estava a senhora e o PS de Abrantes? Senhora presidente, isto é pura demagogia eleitoralista, num exercício de falta de memória sobre aquilo que nessas matérias os governos socialistas fizeram ao País. Mas os Abrantinos, como os portugueses, certamente que estarão atentos a essas habilidades características de épocas eleitorais.

Senhora Presidente, o que os munícipes de Abrantes desejam é que a Senhora resolva e contribua para a resolução dos problemas que afectam o Concelho. Foi por isso que confiaram em si.

ma
(doc. 9)

Na sequência desta intervenção, e na qualidade de cidadã, a líder de bancada do PSD chamou a atenção do Executivo Camarário para as obras que estão a ser feitas para ligação à estação elevatória de Cabeça Gorda e que deixaram as estradas em situação miserável - em particular na Carreira do Mato - pondo em risco a segurança das pessoas e o bom estado dos veículos, sobretudo, dos residentes que são obrigados a passar, várias vezes por dia, em troços de estrada em péssimas condições. Desafiou os elementos do Executivo Camarário a pegarem nos seus carros e a passarem por aquela estrada.

406
29

Lamentou nunca ter visto qualquer responsável da CMA na zona, a fim de se inteirar da forma como decorrem os trabalhos, num território que é da sua responsabilidade.

Depois da Sra. Presidente do Município ter informado que as obras não eram da CMA, mas sim das Águas do Centro, mas que, de qualquer forma, já estava agendada uma visita dos responsáveis da CMA na semana seguinte, a líder da bancada social democrata teve ainda oportunidade de dizer que, apesar de a dona da obra ser a empresa Águas do Centro, elas decorrem em território do Concelho e que, por isso mesmo, cabe à Câmara Municipal de Abrantes acompanhá-las. Obviamente que não se trata de supervisionar as obras em si, mas sim as condições em que as mesmas decorrem, de forma a assegurar-se que não é posta em causa a segurança de pessoas e bens. Referiu que nesse mesmo dia, logo bem cedo, um camião carregado de madeira tinha protagonizado um acidente que, para além de danos materiais, tinha impedido, durante cerca de 2 horas, o acesso de carros à Cabeça Gorda.

Sr. Presidente da AM
Sra. Presidente da CM
Sras. E Srs. Vereadores
Sras. E Srs. Deputados Municipais
Sras. E Srs. Presidentes de Junta

(doc. 10)

Nesta breve interpelação gostaria que a Sra. Presidente respondesse às seguintes questões:

De acordo com o estudo da DECO que prevê para um consumo anual de 120 m3 de água uma despesa média de 279,70€ para os nossos munícipes e verificando-se que o Município de Abrantes no distrito de Santarém ocupa o terceiro lugar do pódio de quem cobra a faturação mais elevada, gostaria de saber qual o motivo que leva a que os nossos munícipes tenham de pagar um preço tão elevado?

Sra. Presidente, a título de exemplo o concelho de Lisboa que recorre aos nossos recursos naturais apresenta um valor cobrado de 243€ (para os mesmos 120 m3) e efetuando uma comparação com o nosso concelho significa uma poupança de 36€. Esta situação é estranha, visto que Abrantes é detentora deste extraordinário recurso natural que é Albufeira do Castelo do Bode.

Posto isto Sra. Presidente, os munícipes continuam a aguardar a redução das tarifas, taxas e taxinhas que nos são impostas na fatura da água.

Passando a outro assunto, nomeadamente no que diz respeito à celebração do acordo coletivo de trabalho efetuado entre o Município de Abrantes e a FESAP (regresso às 35 horas de trabalho no SMA e Município), de acordo com a notícia publicada a 11/06/15 no Jornal "Publico", gostaria de saber porque é que o mesmo apenas foi acordado agora?

Terá sido:

- a. Por causa da pressão eleitoralista imposta por António Costa (PS promete regresso às 35 horas na função pública)?
- b. Porque a Sra. Presidente realmente concorda com a imposição das 40 horas de trabalho para a função pública?
- c. Por querer tirar proveito político deste acordo junto dos seus colaboradores tendo em conta que estamos próximo das eleições legislativas?

Sra. Presidente a título de exemplo o Município de Santarém (PSD) conseguiu chegar a acordo com o STAL a 17/04/14, apresentado mais de um ano de diferença comparando com data do acordo efetuado pelo Município de Abrantes.

Saliento, que mais uma vez foram os colaboradores do Município e dos SMA a saírem prejudicados e concluo dizendo que a bancada municipal do PSD não aceita um peso e duas medidas para o Poder Local.

Abrantes, 26 de Junho de 2015
Diogo João Ferreira Valentim



(Handwritten signature and "doc. 11")

Assembleia Municipal de ABRANTES
Sessão de 26 de Junho de 2015

Periodo Antes Ordem do Dia

(Handwritten signature and "6")

a. Câmaras de Videovigilância instaladas no "Tecnopolo":

Chegou ao nosso conhecimento que foram instaladas várias Câmaras de video-vigilância em vários pontos do perímetro do "Tecnopólo", algumas são fixas e outras móveis, com captação a 360 graus. Este assunto levanta algumas questões sobre o direito à privacidade de quem passa nas vias públicas confinantes, pois os ângulos das câmaras fixas permitem a captação de imagem das mesmas, assim como pela sua natureza, as câmaras rotativas não terão qualquer dificuldade no mesmo efeito, pelo que perguntamos:

- 1)-O sistema já está em funcionamento?
- 2)-Quais as medidas tomadas para salvaguardar o direito à privacidade de quem passa no fora do perímetro vigiado?
- 3)-Já foi feita a notificação à Comissão Nacional de Protecção de Dados?
- 4)-Vai proceder-se à gravação de imagens ou só visualização em tempo real e quem o fará?

b. Informação anexa às facturas dos Serviços Municipalizados

1)-Está a ser ou foi distribuída informação com as facturas dos Serviços Municipalizados, não directamente ligada, sem que a mesma tenha sido requerida pelos munícipes, e sem que lhes seja dada opção para não receber a mesma informação, que não pediram. Parece uma prática de propaganda abusiva, não adequada e que urge terminar. Propõe-se, futuramente, o não envio da referida informação ou outra que não seja do âmbito das actividades que a factura abrange, a não ser que a mesma seja solicitada ou os clientes tenham sido consultados, previamente, para esse efeito.

(O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda)
Armindo Silveira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – 26 JUNHO DE 2015

PONTO DE SITUAÇÃO DAS ATIVIDADES MUNICIPAIS

Ponto 1)

(doc. 12)

OBJETIVO ESTRATÉGICO: EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO POTENCIAL HUMANO

Elaboração e implementação do Projeto Educativo Municipal

Apresentada proposta no Conselho Municipal de Educação realizado a 13 de maio

Constituído Observatório PEM

Revisão da Carta Educativa

Efetuada procedimentos para recolha de informação solicitada pela empresa a quem foi adjudicada a revisão da Carta Educativa (escolas, investimentos, capacidade, espaços pré – escolar, espaços 1.º ciclo, eficiência energética, custos e equipamentos)

Requalificação do Colégio de Fátima em Centro Escolar de Abrantes

Em elaboração levantamento arquitetónico e *Layout* funcional

Realização de melhorias nos espaços exteriores dos Centros Escolares

Definidas estruturas de sombreamento junto ao portão de entrada das Escolas básicas de Alferrarede, Bemposta e Rio de Moinhos

Elaboração de estudos para manutenção dos Parques Infantis da Encosta da Barata, do Parque Radical, de S. José - Vale de Rãs e de Arreciadas

Apoio em atividades que reforcem o envolvimento da comunidade educativa (atividades extracurriculares, apoio à família e tempo livre)

Monitorização das atividades dos Acordos de Colaboração para o desenvolvimento de Atividades de Apoio à Família nas escolas de 1º ciclo do concelho de Abrantes

Monitorização das Atividades de Enriquecimento Curricular

Lançamento do procedimento concursal para Aquisição de Serviços para Fornecimento de Refeições às Escolas de 1º ciclo e Jardins de Infância do Concelho de Abrantes para o ano letivo 2015/2016

Acompanhamento e monitorização das refeições escolares servidas nas escolas e jardins-de-infância do Concelho de Abrantes

Atribuídos escalões para efeitos de refeições escolares a alunos abrangidos pelo Despacho 11886-A/2012 - Auxílios Económicos

Acompanhamento, avaliação e monitorização das necessidades do parque escolar do concelho de Abrantes (pré - escolar e 1.º ciclo)

Monitorização dos equipamentos afetos às escolas

Aprovação do Plano de Transportes para 2015/2016

Coordenação dos transportes para os Exames Nacionais do 4º. Ano

Coordenação/Articulação, com as Juntas de Freguesia, para os transportes dos alunos, para as consultas de Saúde Oral

Realizada reunião do Conselho Municipal de Educação no dia 13 de maio

Organização da Caravana da Educação Rodoviária, em parceria com a MAPFRE, que envolveu 727 alunos/as de 9 Escolas 1º ciclo e do C.R.I.A

Editado o Guia "O Futuro nas Tuas Mãos – Guia das Ofertas Formativas do Concelho" (edição digital)

Reforço da rede municipal de conhecimento, suportada nas bibliotecas escolares públicas e itinerante

Exposições

Biblioteca Municipal António Botto:

O diário gráfico - estar atento ao que nos rodeia, de Eduardo Salavisa

O sonho ao poder de Mário Viegas

Pintura e artes decorativas, da Universidade da Terceira Idade Abrantes (UTIA)

Exposição fotográfica, dos alunos do curso de fotografia da Universidade da Terceira Idade de Abrantes (UTIA)

OPEN CALL FOR URBAN INTERVENTION PROJECTS, Creative Camp

Arquivo Municipal:

Mostra documental " Pontes sobre o Tejo em Abrantes"

Escola Secundária Dr. Solano de Abreu Abrantes (exposições itinerantes, propriedade do Município de Abrantes - em parceria com a Associação de Pais da Escola Secundária Dr. Solano de Abreu)

Riscar a arquitetura: encontro de diaristas gráficos, organizado em parceria com a Ordem dos Arquitetos – delegação de Abrantes e Associação Sketchers Portugal

Conferência – Apresentação do livro Desistir é falhar! Pelo Fórum de Reflexão Económica e Social

Espetáculo – Diz Fernando Pessoa, com alunos do curso de animador sociocultural da EPDRA

Encontro com Autores:

Jorge Courela, organizado em parceria com JI São João, Eb1 Quinchosos e Associação de Pais.

André Letria, Ilustrador

“Entre nós e as palavras”:

Inês Pedrosa, apresentação do livro Desamparo, da editora Dom Quixote, por José Lourenço.

Mário Cláudio, apresentação do livro O fotógrafo e a rapariga, da editora Dom Quixote, por Marly Serras

Apresentação do livro Desistir é falhar! Pelo Fórum de Reflexão Económica e Social

“Ler os nossos”:

João Silva, apresentação do livro Siga, por Joaquina Vedor

Santana-Maia Leonardo, apresentação do livro A terra de ninguém

Entrega dos prémios do concurso concelhio de leitura – Abrantes a Ler 2015

Sábados na casa das palavras (2 atividades)

Hora do conto:

Biblioteca Municipal António Botto - 4 Atividades (com alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico)

Biblioteca Lisardo Leitão - 2 Atividades (com alunos do pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico e seniores)

Espaço Jovem:

Nós os jovens - Igualdade de Oportunidades e Não Discriminação

Criação de condições para a instalação da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes no Tecnopolo

Em revisão projeto apresentado em estudo prévio

Em fase de aprovação da arquitetura

Instalação dos laboratórios da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes no Tecnopolo

Procedimentos de aquisição dos equipamentos concluídos

Assinados contratos com os principais subempreiteiros, na sequência da entrada em processo PER do empreiteiro, de modo a garantir a execução da empreitada a tempo do início do próximo ano letivo

Alargamento e dinamização do Programa de Empreendedorismo na Escola

Inclusão do Projeto EMPRE no plano de trabalho do PEM de Abrantes

Qualificação do TAGUSVALLEY na metodologia “Coração DELTA”

Apoio na requalificação do Pólo do Centro de Formação Regional do IEFP no Tecnopolo

Projeto de arquitetura aprovado, estando em fase de concretização os respetivos projetos de especialidades, prevendo-se a sua entrega no final de julho

OBJETIVO ESTRATÉGICO: PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR E DA QUALIDADE DE VIDA

Construção da Unidade de Saúde Familiar de Abrantes

Em execução com previsão de conclusão em julho de 2015

Construção da Unidade de Saúde Familiar do Carvalhal

Obra concluída, no edifício da Junta de Freguesia de Carvalhal, para instalação da Unidade de Saúde de Carvalhal

Implementação do Programa de incentivos à Fixação de Médicos de Família

Em curso procedimentos para a alocação de médicos à futura USF de Abrantes a serem desenvolvidos pelo ACES Médio Tejo em estreita articulação com a CMA

Em curso apoio ao alojamento de dois Médicos de Família

Consolidação do Programa FINABRANTES

Apoio às coletividades nas áreas do desporto, cultura, social, juventude e promoção de eventos. Assinados 77 contratos-programa no âmbito das medidas 1, 2, 3, 4 e 5 – Cultura, Desporto, Juventude, Social e Eventos, correspondendo a 134 candidaturas, totalizando 509.825,14 €.

Valorização do parque desportivo do concelho

Efetuada levantamento arquitetónico e estimativa orçamental para a substituição de cobertura, sistemas de impermeabilização e sistema de drenagem de águas pluviais – Pavilhão do Pego

Concluído estudo prévio e estimativa orçamental para a Requalificação do Polidesportivo na Escola Básica de Chainça

Reforço da programação cultural e desportiva

Passeio Pedestre – “Rota dos Açudes das Sentieiras”

10º Passeio Pedestre – Aldeia das Casas

11ª Edição do Torneio Concelhio de Escolinhas de Futebol

13º Torneio de Futebol 7 – Veteranos

V Trail Castelo de Abrantes

Passeio Noturno Guiado – BTT

Olímpico Jovem Regional – Atletismo

1º Grande Prémio de Atletismo

Convívio HidroSénior – Tramagal

Jogos de Abrantes

Liga Ibérica de Basebol

Passeio Temático

Campeonato Nacional de Clubes – Apuramento

VI Maratona de BTT – “Branquinhos do Pedal”

A Aventura Começa no Comboio IV-Passeio Pedestre

Jogos da Pequenada

Campeonato Nacional Categorias PSA – Squash

5º Passeio das Pontes e Açudes de Sentieiras – BTT

Festival de Papagaios

Meeting de Abrantes

Passeio Pedestre “Rota das 4 Aldeias”

5º Passeio de BTT “Rota das 4 Aldeias”

Torneio de Verão de Futebol 7 - NSA

Concurso Nacional de Saltos de Abrantes – Hipismo

Downhill Urbano

UpHill

Torneio Voleibol de Praia

Torneio Futebol de Praia

Caminho do Tejo - Canoagem e BTT

Campeonato Nacional de Carrinhos de Rolamentos

Torneio de Xadrez

Torneio de Sueca

Torneio de Matraquilhos

Demonstração de Stunt - Tó Mendes

Verão Ativo – Férias Jovens 2015

4ª Resistência Urbana Noturna de Abrantes – BTT

Encontro Gerontológico

XI Encontro Municipal de Associações Juvenis do concelho de Abrantes - em parceria com a Associação Juvenil Remoinhos D'Água

Jornadas da Juventude 2015

Ignite Portugal - Abrantes 2020 – Cidade de Gente, Cidade Inteligente

Cine-Teatro S. Pedro:

Festival de Tunas

Sofia Escobar e Nuno Feist

Festival One Man Band

Vamos Lá entender as mulheres...mas só um bocadinho - Marta Gautier

A Menina Dança – Baile dia da espiga com F&M

As Canções da Maria - Maria Vasconcelos

QUARTEL – Galeria Municipal de Arte:

A Neupergama em Abrantes

Museu D. Lopo de Almeida:

Dia Internacional dos Museus "Gazeta no Museu"

VII Antevisão do MIAA - "O Homem e o Território – 7000 anos de estratégias de ocupação do Território de Abrantes"

Editada Agenda Cultural 2015

Festas de Abrantes 2015

Manutenção da rede viária, equipamentos, espaços públicos, parques infantis e fontanários

Em curso elaboração de Plano Manutenção da rede viária, equipamentos e espaços públicos, tendo já sido concluído o levantamento do parque automóvel, infraestruturas da rede viária e equipamentos escolares

Elaborado relatório "Espaços de Jogo e Recreio, análise das condições de segurança

Manutenção geral de espaços verdes municipais (corte de relvas, eliminação de infestantes em canteiros, poda e limpeza de árvores, etc.), produção de plantas no viveiro municipal, renovação de plantas em canteiros e floreiras da cidade

Controlo da praga "escaravelho-da-palmeira" em espaços verdes municipais - tratamentos fitossanitários; realização de vistorias para identificação de novos casos

Manutenção de campos desportivos relvados da Cidade Desportiva; corte de relvas; fertilização dos campos

Conclusão dos trabalhos de ajardinamento e requalificação de espaço ajardinado junto à Avenida Dr. Santana Maia / Largo Eng.º Bioucas

Sanidade Veterinária e Saúde Pública

Inspeções sanitárias do matadouro - Margarido & Margarido

Vistorias a cantinas escolares - PACE C - Plano de controlo das cantinas escolares - 2 vistorias

Vistorias a viatura de venda ambulante de peixe – 18 vistorias

Gestão de Tráfego e Estacionamento

Análise e informação de processos de cortes de via pública, ocupação de via publica, alterações de trânsito, estacionamento e sinalização

Manutenção de parcometros existentes na cidade, com respetiva recolha e contabilização de receita e aplicação de consumíveis

Manutenção e reparação do sistema semafórico municipal existente no perímetro urbano da Cidade

Acompanhamento administrativo da obra em curso na ponte metálica de Abrantes sobre o rio Tejo, com prestação de esclarecimentos a munícipes

OBJETIVO ESTRATÉGICO: INCLUSÃO SOCIAL E COESÃO TERRITORIAL

Revisão do Plano de Desenvolvimento Social

Em análise proposta do núcleo operativo

Consolidação da intervenção do Banco Social de Abrantes

Realizada reunião com Junta de Freguesia de Alvega e Concavada (CSF)

Realizada reunião do grupo Operativo da Plataforma Supra Concelhia Médio Tejo

Reforço do programa de respostas sociais, igualdade de género, bolsas de estudo, estratos sociais desfavorecidos e apoio à vítima

Programa de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos - 70 Processos em acompanhamento e 13 Processos novos

Cantinas Sociais - abrangidos 17 Agregados familiares

Rede Especializada da Intervenção na Violência – realizada reunião com elementos do grupo de enfermeiros/as que integram a REIVA para delinear protocolos de intervenção. Realizadas ações de sensibilização no Agrupamento de Escolas nº 1 com turmas de 10º ano sobre o tema “Violência no Namoro”. Realizada com CHMT. Realizados 20 atendimentos de vítimas dos quais 4 referentes a novas situações de violência doméstica

Alargamento da rede de Teleassistência

Acompanhamento e monitorização dos 15 aparelhos instalados em articulação com a Cruz Vermelha de Lisboa e Núcleo de Abrantes

Aprovada lista de candidatos para instalação de 5 aparelhos disponíveis

Consolidação do Programa FINABRANTES

Apoio às coletividades nas áreas do desporto, cultura, social, juventude e promoção de eventos. Assinados 77 contratos-programa no âmbito das medidas 1, 2, 3, 4 e 5 – Cultura, Desporto, Juventude, Social e Eventos, correspondendo a 134 candidaturas, totalizando 509.825,14 €

Implementação do Contrato Local de Segurança

Projeto Bairro ConVida - instalada a Associação Juvenil Vale de Rãs e entrada em funcionamento do Centro Porta Aberta

Dinamização da plataforma Art'Andante

Atuação do Rancho Folclórico Casais de Revelhos na Casa Povo de São Miguel do Rio Torto - 02.mai



OBJETIVO ESTRATÉGICO: QUALIFICAÇÃO E FACILITAÇÃO DO AMBIENTE DE NEGÓCIO

Expansão e Qualificação do Tecnopolo do Vale do Tejo

Execução das Infraestruturas Urbanas do Tecnopolo do Vale do Tejo - Fase 1 – Abrantes - receção provisória da empreitada em 4 de maio

Aceleradores de empresas - entrada em processo PER do empreiteiro que determinou o adiamento da concretização do investimento para o final do ano. Em negociação com a CCDR Centro para garantir o financiamento nestas novas condições

Dinamização e gestão operacional do **Tecnopolo do Vale do Tejo** - candidatura INOVTECH executada a 100%

Realizados 25 atendimentos no Gabinete INOVA.TE

Realizado Concurso Projetos Empresariais INOV.POINT 2015 - 34 participantes, 19 projetos selecionados. Entrega dos prémios em 28 de maio

IT Point - centro acolhimento empresas de base tecnológico - em revisão projeto apresentado em estudo prévio. Em fase de aprovação da arquitetura

Realizado workshop CSA ALIMENTAR - transformação de produtos biológicos, na Feira Nacional da Agricultura, em parceria com a DRAPLVT - 50 participantes

LINE - em fase de instalação dos equipamentos nos laboratórios. Acreditação do TAGUSVALLEY no âmbito dos Vales para projetos simplificados, estando a decorrer contactos com potenciais clientes de serviços partilhados

INOV.LINEA - desenvolvimento de 6 novos produtos alimentares para empresas, em regime de prestação de serviço e de estágios e bolsas de investigação

Alargamento do âmbito territorial do Tecnopolo do Vale do Tejo

Presidência da Direção da TECPARQUES assumida pela TAGUSVALLEY durante os próximos 3 anos

Reforço da Cooperação com o Nonagon - Parque de Ciência e Tecnologia dos Açores - nas áreas da incubação de empresas e alimentar

Implementação do procedimento especial "Via Verde do Investimento Estruturante"

Em curso melhoria dos procedimentos tendo em vista aumentar a eficiência do processo

Dinamização do Balcão do Empreendedor

Em curso melhoria dos procedimentos tendo em vista aumentar a eficiência do processo, para posterior divulgação do Balcão junto de todas as empresas com sede no Médio Tejo e junto das Associações Empresariais e Comerciais de âmbito local, regional e nacional

Dinamização do Serviço Municipal de Apoio ao Desenvolvimento Económico

A decorrer melhoria dos procedimentos tendo em vista aumentar a eficiência do processo, para posterior divulgação do Serviço junto de todas as empresas com sede no Médio Tejo e junto das Associações Empresariais e Comerciais de âmbito local, regional e nacional

Em curso criação de Base de Dados das empresas com atuação no Concelho

OBJETIVO ESTRATÉGICO: ATRAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DA INICIATIVA EMPRESARIAL

Dinamização de Programa de Apoio Financeiro a Arrendamento de Frações Comerciais no Centro Histórico

Em curso Programa + Comércio no Centro – apoios concedidos a 3 espaços comerciais e 2 candidaturas em análise

Reforço do Programa de Incentivo à Inovação Empresarial

A aguardar publicação dos regulamentos específicos do PORTUGAL 2020 para desenho do programa

Criação de Programa de Apoio Financeiro à Criação de postos de Trabalho Qualificados no Tecnopolo

A aguardar publicação dos regulamentos específicos do PORTUGAL 2020 para desenho do programa

Implementação da Estratégia de Revitalização do Comércio no Centro Histórico

aBUSa - atendimentos, expediente e venda de títulos Iniciativa

Realizou-se no Centro Histórico atividades comemorativas do Dia Mundial da Criança em parceria com a Associação Centro Comercial Ar Livre

Estacionamento no Centro Histórico - atribuição e renovação de dísticos para o ano de 2015

OBJETIVO ESTRATÉGICO: ESTRUTURAÇÃO E PROMOÇÃO DO POTENCIAL TURISTICO

Instalação do Museu Ibérico de Arqueologia e Arte

Planeamento da IIIª Campanha do CASTAB

Continuação dos estudos de pormenor da coleção Estrada

Comemoração do dia Internacional dos Monumentos e Sítios, no âmbito do Dia Internacional dos Museus

Participação na Mesa redonda sobre o Calcolítico e Bronze “ Tráfico de objetos- tráfico tecnológico: sintoma das ideologias dominantes na Ibéria”.

Limpeza, marcação e inventariação do espólio do Museu D. Lopo de Almeida

Limpeza, marcação, inventariação e estudo do espólio exumado nas escavações do Castelo

Atualização do fundo documental sobre o MIAA

Realização de visitas Guiadas ao Museu

Apoio ao estágio curricular do aluno do IPT no Âmbito do Mestrado em Fotografia, com peças do acervo da autarquia

Inauguração da exposição VII Antevisão do MIAA - “O Homem e o Território – 7000 anos de estratégias de ocupação do Território de Abrantes”

Projeto de Restauro, Reabilitação, Remodelação e Ampliação do Edifício Carneiro para a instalação de um Núcleo de Arte Contemporânea Charters de Almeida em Abrantes

Projeto em execução

Dinamização da Grande Rota do Zêzere e do Caminho do Tejo

Conclusão da 2ª fase do percurso da rota do tejo – pontes concluídas. A aguardar colocação de setas direcionais

Criação e infraestruturação da praia fluvial de Fontes

Definida localização em Cabeça Ruiva. Em fase de definição do programa preliminar

Abertura da loja "produtos e territórios" em Lisboa

Obra em execução com conclusão prevista para julho de 2015

Parque Náutico de Recreio e Lazer de Aldeia do Mato - Alteração da rampa de acesso à piscina flutuante

Processo concluído

Reforço da presença em feiras, salões, exposições e marketplaces turísticos

Entrada em produção da APP “Descubra Abrantes”

Implementação do Wellcome Center

Realização do “Wellcome Day” – apresentação da Agenda Cultural 2015, da APP “Descubra Abrantes” e da Edição 2015 do Creative Camp. O Evento contou com a presença da Turismo do Centro, de operadores turísticos e produtores locais

OBJETIVO ESTRATÉGICO: REABILITAÇÃO URBANA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Conclusão do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Abrantes

Realizada reunião com a CCDR-LVT, visando aferir critérios e procedimentos face ao novo RJIGT. Continuação da programação de equipamentos. Em curso, reformulação de proposta de perímetros, de acordo com o novo RJIGT

Conclusão do processo de revisão do Plano de Urbanização de Abrantes

Concluída a proposta de revisão do PUA, para envio à reunião de Câmara, e posterior sujeição à apreciação pelas entidades (Conferência de serviços)

Realizado Seminário “PLANO DE URBANIZAÇÃO NO QUADRO DA NOVA LEI DE BASES - O CASO DE ABRANTES” em 17 de junho, que contou com cerca de 100 participantes oriundos de 20 concelhos

Implementação do programa estratégico da área de reabilitação urbana do centro histórico

Em curso elaboração do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) para execução da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) centrada no Centro Histórico de Abrantes, com base na identificação da respetiva Área de Reabilitação Urbana (ARU)

Reordenamento e valorização urbanística da Avenida António Farinha Pereira

Projeto em fase de revisão

Requalificação do Vale da Fontinha e ligação ao Hospital

Projeto em desenvolvimento

Requalificação e Pavimentação de Arruamentos em Abrantes

Requalificação da Rua do Canaverde - Alferrarede - Projeto em desenvolvimento

Requalificação do Beco do Outeiro no Pego - Processo em desenvolvimento

OBJETIVO ESTRATÉGICO: VALORIZAÇÃO AMBIENTAL E PREVENÇÃO DE RISCOS

Melhoria da eficiência do sistema de abastecimento de água

Remodelação e substituição de condutas e reforço dos sistemas de monitorização via SMS e otimização operacional com recurso ao sistema de telegestão

Adequação de infraestruturas e aplicação de caudalímetros - em fase de conclusão

Remodelação do sistema de tratamento - ativação, calibração, monitorização e controlo do funcionamento de equipamentos - em curso

Expansão do abastecimento de água a partir de Castelo de Bode ao sul do concelho

Em execução a empreitada N13-N20 (Samarra – Açude)

Em fase de conclusão os trabalhos de execução do troço adutor entre S. Facundo – Bemposta

Em fase de conclusão a rede de abastecimento de água à localidade de Baralho na freguesia de Bemposta

Conclusão do programa de investimentos na rede de saneamento de águas residuais

Acompanhamento das obras em curso em infraestruturas constantes do plano de investimentos

Em curso as obras de construção da ETAR dos Carochos, prevendo-se a sua conclusão para o final de 2015

Em curso as obras de implantação do coletor de águas residuais na Barca do Pego

Concluídos os trabalhos de repavimentação de abatimentos nas freguesias de Mouriscas, Alvega e Concavada (Monte Galego, Ventoso, Portela e Ribeira do Fernando) e São Facundo

Melhoria do serviço prestado na área dos resíduos sólidos urbanos

Reforço continuado da colocação de contentores em locais ainda não abrangidos pelo serviço de recolha de RSU

Em processo de aquisição de uma viatura de recolha e lavagem de contentores de RSU, que irá permitir o aumento da periodicidade da lavagem

Melhoria dos sistemas de gestão

Em implementação Sistema de Gestão Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança

Desenvolvimento de programa de apoio à constituição e gestão de zonas de intervenção florestal

Análise dos diversos instrumentos legais existentes e dos cenários abertos pelo Programa Desenvolvimento Rural (PDR) para estruturação do programa de apoio à constituição e gestão de zonas de intervenção florestal

Criação de incentivos fiscais para os imóveis a incluir nas Zonas de Intervenção Florestal

Entidade Gestora promoveu a criação de uma nova ZIF na zona norte, contígua à da Aldeia do Mato, em alternativa ao alargamento da ZIF de Aldeia do Mato, que abrangerá as freguesias de Carvalhal, Fontes, Mouriscas e UF Abrantes e Alferrarede

Implementação do programa de proteção de aglomerados populacionais e rede viária, com a limpeza da floresta

Execução do plano de limpezas pelos Sapadores Florestais. Notificação de proprietários para gestão de combustível

A aguardar decisão relativa à candidatura submetida, em articulação com a Associação de Agricultores de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação, para a Ação: Defesa da Floresta Contra Incêndios - PRODER

Atualização e implementação do Plano Municipal de defesa da floresta contra incêndios

A aguardar aprovação do PMDFCI por parte do ICNF – realizada reunião a 19 de maio entre o ICNF e o SMPC de modo a verificar a proposta de Plano apresentada. Aguarda-se envio por parte do ICNF dos conteúdos a alterar no relatório do PMDFCI

Execução e acompanhamento das ações previstas o ano de 2015, nomeadamente os trabalhos da rede viária florestal responsabilidade do Município e da rede viária responsabilidade da Estradas de Portugal

Acompanhamento e incentivo financeiro e logístico à Associação Humanitárias dos Bombeiros de Abrantes

Executada 100% da verba relativa a 2014 e cumpridos na integra os pressupostos protocolados

Atualização e aprovação do Plano Municipal de Emergência (PME)

Em elaboração elementos técnicos no âmbito da revisão do Plano em alinhamento com a Diretiva relativa aos Critérios e Normas Técnicas para a elaboração e Operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil publicada a 7 de maio

OBJETIVO ESTRATÉGICO: PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E DAS ENETRGIAS RENOVÁVEIS

Desenvolvimento de programa de otimização do desempenho energético dos edifícios e frotas do Município

Em fase de conclusão o documento de caracterização dos edifícios municipais e proposta de medidas de melhoria de eficiência energética

Criação de programa de otimização do desempenho energético dos sistemas de iluminação pública

Concluído o acordo/quadro para fornecimento de energia elétrica em mercado liberalizado em parceria com a CIMT

OBJETIVO ESTRATÉGICO: GOVERNAÇÃO LOCAL E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Instalação da loja do Cidadão no Centro Histórico que inclua serviços públicos e privados

Definidas as entidades a integrar, numa primeira fase, a Loja do Cidadão. Identificadas as necessidades em termos de espaço para cada entidade

Reestruturação do portal Municipal

Em curso atualização de conteúdos relativamente à área do turismo

Implementação da plataforma eletrónica de gestão escolar

Iniciado carregamento de dados na Plataforma Eletrónica de Gestão Escolar - até 31 de maio inseridos 688 alunos do Agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes

Aprofundamento da cooperação técnica e financeira com as Freguesias

Iniciou funções 1 colaboradora colocada pela Câmara Municipal no Centro TIC de Concavada ao abrigo das Candidaturas CEI +

Iniciaram funções 7 colaboradores colocados pela Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia de Aldeia do Mato e Souto (2), Rio de Moinhos (1), Alvega e Concavada (1) e Abrantes e Alferrarede (3), ao abrigo das Candidaturas CEI Floresta

Assinados em 4 de maio os contratos interadministrativos para desenvolvimento da atividade cemiterial, limpeza, conservação e apoio à gestão dos cemitérios municipais de Santa Catarina, Cabacinhos e Rossio ao Sul do Tejo

OFICIAL PÚBLICO – CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS E DE EMPREITADAS

Contratos efetuados de 21/04/2015 a 12/06/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES

Contrato nº 29/2015 – Contrato de Aquisição de Serviços de Consultoria Fiscal na Área do Imposto sobre o Valor Acrescentado – efetuado em 29/04/2015, com KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Contrato nº 30/2015 – Contrato de Aquisição de Equipamentos Multifunções de Impressão, Cópia e Digitalização – efetuado em 13/05/2015, com Equitejo - Sociedade Comercial de Equipamentos de Escritório, Lda.

Contrato nº 33/2015 – Contrato de Aquisição de Serviços de Publicidade no “Jornal de Abrantes” – efetuado em 18/05/2015, com Média On – Comunicação Social, Lda.

Contrato nº 34/2015 – Contrato de Aquisição de Serviços de Publicidade na Rádio Antena Livre – efetuado em 18/05/2015, com Média On – Comunicação Social, Lda.

Contrato nº 35/2015 – Contrato de Aquisição de Serviços de Limpeza dos Edifícios Municipais – efetuado em 01/06/2015, com Nova Serviços, Lda.

Contrato nº 36/2015 – Contrato de Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto de Restauro, Reabilitação, Remodelação e Ampliação do Edifício Carneiro para Instalação do Núcleo de Arte Contemporânea Charters de Almeida em Abrantes – efetuado em 05/06/2015, com Victor Mester – Sofia Aleixo, Arquitectos, Limitada.

Contrato nº 37/2015 – Contrato de Aquisição de Equipamentos Informáticos – efetuado em 11/06/2015, com Pamafe – Informática, Lda.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ABRANTES

Contrato nº 26/2015 – Contrato de Aquisição de Serviços na Área de Engenharia Eletrotécnica – efetuado em 21/04/2015, com Rui Manuel Rodrigues da Silva

Contrato nº 27/2015 – Contrato de Aquisição de Serviços na Área de Contabilidade/Gestão de Empresas – efetuado em 27/04/2015, com Matilde Dias de Jesus

Contrato nº 28/2015 – Contrato de Aquisição de Serviços de Consultoria Jurídica – efetuado em 29/04/2015, com Ana Paula da Piedade Milho

Contrato nº 31/2015 – Contrato de Aquisição de Serviços para Reparação de Contadores de Água – efetuado em 14/05/2015, com Resopre – Sociedade Revendedora de Aparelhos de Precisão, S.A.

Contrato nº 32/2015 – Contrato da Empreitada da Obra de Requalificação da E.N. 118, na localidade de Alvega – Trabalhos Adicionais decorrentes de Erros e Omissões – efetuado em 14/05/2015, com Vieira Mendes, Lda.


GESTÃO ORÇAMENTAL

Resumo da Execução Orçamental a 10 de Junho de 2015

Execução do Orçamento da Receita

Descrição	Previsões Corrigidas	Receitas Liquidadas	Receita Cobrada Líquida	Tx. Exec.
				%
Correntes	22.465.703,00 €	10.454.141,44 €	9.890.473,36 €	44%
Impostos Diretos	6.477.802,00 €	2.991.575,00 €	2.991.575,00 €	46%
Impostos Indiretos	121.270,00 €	111.774,32 €	68.878,48 €	57%
Taxas Multas e O. Penal.	127.850,00 €	29.289,86 €	28.426,97 €	22%
Rend. Propriedade	3.012.750,00 €	1.710.013,61 €	1.710.013,61 €	57%
Transf. Correntes	11.735.327,00 €	4.742.575,00 €	4.742.575,00 €	40%
Venda Bens e Serv. Cor.	613.876,00 €	728.889,38 €	333.182,94 €	54%
Outras Receitas Correntes	376.828,00 €	140.024,27 €	15.821,36 €	4%
Capital	5.176.304,00 €	723.900,93 €	713.284,16 €	14%
Vendas Bens Investimento	72.951,00 €	8.295,00 €	8.295,00 €	11%
Transferências Capital	5.038.503,00 €	695.502,74 €	695.502,74 €	14%
Ativos Financeiros	300,00 €	- €	- €	0%
Passivos Financeiros	200,00 €	- €	- €	0%
Outras Receitas de Capital	55.000,00 €	10.616,77 €	- €	0%
Reposições n. Abatidas Pag.	9.350,00 €	9.486,42 €	9.486,42 €	101%
TOTAL	27.642.007,00 €	11.178.042,37 €	10.603.757,52 €	38%

Execução do Orçamento da Despesa



Descrição	Dotação Corrigida	Compromissos Assumidos	Despesas Pagas	Tx. Exec.
DESPESAS CORRENTES	19.645.642,00 €	16.439.921,60 €	6.591.265,74 €	34%
Despesas com o pessoal	7.373.230,00 €	7.333.367,88 €	2.813.958,37 €	38%
Aquisição de bens e serv.	7.664.087,00 €	5.307.997,22 €	2.195.183,74 €	29%
Juros e outros encargos	222.760,00 €	161.187,92 €	60.595,33 €	27%
Transferências correntes	3.974.820,00 €	3.330.565,24 €	1.405.490,11 €	35%
Subsídios	30,00 €	- €	- €	0%
Outras despesas correntes	410.715,00 €	306.803,34 €	116.038,19 €	28%
DESPESAS CAPITAL	7.996.365,00 €	4.776.902,77 €	2.347.997,90 €	29%
Aquisição de bens de cap.	5.648.070,00 €	2.933.367,56 €	1.420.507,89 €	25%
Transferências de capital	140.795,00 €	73.821,38 €	56.329,78 €	40%
Ativos financeiros	570.300,00 €	167.937,00 €	83.968,00 €	15%
Passivos financeiros	1.600.200,00 €	1.572.166,34 €	757.581,74 €	47%
Outras despesas de capital	37.000,00 €	29.610,49 €	29.610,49 €	80%
TOTAL	27.642.007,00 €	21.216.824,37 €	8.939.263,64 €	32%

Informação a prestar nos termos do nº 4 do artº 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro

Saldo e Estado da Dívida a Fornecedores a 11 de junho

menos de 30 dias	>30 e <60 dias	>60 e <90 dias	mais 90 dias	Total
17.737,59 €	204,30 €	- €	- €	17.941,89 €
99%	1%	0%	0,0%	100%

* Inclui documentos em receção e conferência

QREN 2007/2013 - Execução a 10 de junho de 2015

CONTRATUALIZAÇÃO 2007/2013	
FEDER INICIAL	6.325.797,00 €
FEDER APROVADO (tx. 85%)	11.298.535,23 €
DIFERENÇA	4.972.738,23 €
TAXA DE APROVAÇÃO	179%
FEDER EXECUTADO	10.831.566,38 €
TAXA DE EXECUÇÃO	96%

QREN 2007/2013 – OUTROS (POVT, MAIS CENTRO, POPH, PRODER)	
Investimento Elegível Aprovado	8.746.892,09 €
FEDER APROVADO	7.407.746,68 €
Investimento Executado	7.326.182,78 €
FEDER EXECUTADO	6.175.467,48 €
TAXA DE EXECUÇÃO	83%

Em execução

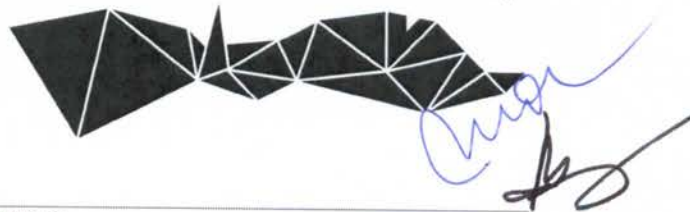
Unidade de Saúde Familiar - MaisCentro-Outros

Reprogramações em curso

Centro de Interpretação do Tejo - PROVERE

A Presidente da Câmara Municipal

Maria do Céu Albuquerque



INFORMAÇÃO DO RESPONSÁVEL

DESPACHO

A assembleia municipal para
conhecimento. 22.06.2015

DE
Sónia Alves
Notariado e Contencioso

PARA
Exmo. Sr.
Vice-Presidente da Câmara
Municipal de Abrantes


Nº

DATA
22/06/2015

ASSUNTO
Processos judiciais

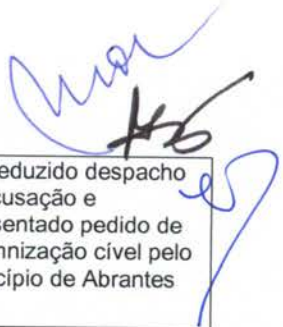
Para efeitos do artigo 35.º, n.º 4 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, anexa-se relação de processos judiciais a correr trâmites nos Tribunais, designadamente Tribunal Judicial de Abrantes, Tribunal Judicial de Alcobaça, Tribunal Judicial da Comarca de Santarém, Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, Tribunal Administrativo do Círculo de Coimbra, Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, Tribunal Central Administrativo Sul e Supremo Tribunal Administrativo.

Sónia Alves
Técnica Superior
Notariado e Contencioso




Nº de Processo Judicial	Autor e Réu da Ação Recorrente Recorrido	Matéria de Litígio	Situação Atual do Processo
Valor da Ação			
Proc. 199/05.0 BELRA Trib. Adm.Fisc.Leiria	Autor: João Salvador, Lda e Outro Réu: Município ABT	Ação administrativa comum	Em recurso
P.2291/04.9BELRA Trib. Adm F. Leiria	Autor: Sind. Nac. Trab Adm. Local Réu: Presidente da Câmara M. Abrantes	Ação Adm. Especial de Pretensão Conexa Com Atos Administrativos	A correr os trâmites legais
Proc.1162/05.6 BELRA TAF Leiria	A: Joaquim Manuel Cunha dos Santos R: Município de Abrantes	Ação administrativa especial	A correr trâmites legais
Proc. 539/05.1BELRA Taf Leiria 5.500,00€	Autor: Maria do Carmo Pedro e agora António M.ª Júnior e outros Réu: Município de Abrantes	Ação administrativa especial de pret. conexa com atos administrativos	Sentença proferida que levou à absolvição do Município de Abrantes. Em prazo para recurso
Proc.318/06.9BELRA TAF Leiria	Autor: Ministério Público C.Int.: Carmindo Machado Réu: Município ABT	Ação administrativa especial de pret. conexa com atos administrativos	Sentença do TCAS a não admitir o recurso interposto pelo MP
Proc.411/06.8BELRA TAF Leiria	Autor: Ministério Público C.Int.: Banco BPI,SA Réu: Município de ABT	Ação administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos	A aguardar sentença do STA
Proc.160/07.0 BELRA TAF Leiria € 24.140,00	A: João Francisco M. Alexandre e mulher R: Município de Abrantes e outros	Ação administrativa comum de forma ordinária	Sentença proferida que levou à absolvição do Município de Abrantes. Em prazo para recurso
Proc. n.º 203/07 BELRA- TAF Leiria	A: AGS –Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, SA R: Município de Abrantes	Ação Administrativa Especial	A correr termos legais
Proc.1000/07.5BELRA TAF Leiria € 235.990,00	A: Josué de Jesus e mulher R: Município de Abrantes	Ação administrativa comum de forma ordinária	Juiz rejeitou o recurso interposto pelo A. por extemporâneo/Autor recorreu de tal despacho
Proc. 1165/07.6 BELRA TAF Leiria € 32.487,26	A: Carlos Alberto Amaral Dias R: Município de Abrantes e outros	Ação adm. especial de pretensão conexa com atos administrativos	A correr termos legais
Proc.149/08.1 BELRA TAF Leiria € 5.735,00	A: Município de Abrantes R: Stell Tejo – Metalomecânica e Fabrico de máquinas	Ação adm. comum	A correr termos legais
Proc. 43/08.6 BELRA TAF Leiria € 55.578,68	A: Gilberto Manuel Silva Matos e outros R: Município de Abrantes	Ação adm. comum – forma ordinária	A correr termos legais
Proc.302/08.8 BELRA TAF. Leiria € 15.613,84	Autor: Salvador Teixeira Duarte Réu: Município ABT	Ação adm. especial	A correr termos legais
Proc.761/08.9BELRA TAF Leiria € 31.091,40	Autor: Cremildo Marques Alexandre Réu: Município ABT	Ação adm. comum – forma ordinária	A correr termos legais
Proc. 1219/08.1 BELRA TAF Leiria € 3.012,75	Imp: Petróleos de Portugal – Petrogal SA Imp: Câmara Municipal de Abrantes	Processo de impugnação	A aguardar sentença do TAF de Leiria

Proc. 265/09.2 BELRA TAF Leiria € 5.500,000	Autor: Maria Arlete Ferreira Lopes e outros Ré: Município de Abrantes	Ação administrativa esp. de pretensão conexa com atos administrativos	A correr termos legais
Proc. 353/09.5 TBABT 2.º Juízo, T. J. Abrantes € 59.970,80	Autor: Construções Jorge Ferreira e Dias, Lda Réu: Município de Abrantes	Ação de processo especial	Suspensa a instância por a A. não ter constituído novo mandatário, sendo tal obrigatório
Proc.1684/09.0 BELRA TAF Leiria € 1.095,83	Autor: Gilberto Manuel Silva Matos Réu: Município de ABT	Ação adm. comum – forma sumária	A correr termos legais
Proc. n.º 149/10.1 TBABT – 3.º Juízo	Insolvente Portigometal – Construções Metálicas, Lda Interessado: Município de Abrantes	Exercício de direito de preferência em insolvência	A correr termos legais
Proc. 1034/10.2 BELRA TAF de Leiria € 21.499,00	Autor: Adelino Dias Frade Réu: Lena –Engenharia e Construções, S.A. Réu Município de Abrantes	Ação adm. comum –forma comum	TAF de Leiria absolveu os réus
Proc. n.º 357/11.8 BECTB €69.300,00	A: Maria Manuela Maia Mascate Marques e outros R: Município de Abrantes	Ação administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos	A aguardar sentença do TCA Sul
Proc. .º 919/11.3BELRA €102.092,51€	A: Município de Abrantes R: Lúdicoideias, Unipessoal, Lda	Ação administrativa Comum na forma ordinária	Audiência final designada para 03/12/2015
Proc.nº 652/11.6 TBABT, 2.º Juízo, Tribunal Judicial de Abrantes €936,69	Insolvente: Silva e Dias – Ind. de Alimentação, Imp. e Comércio, S.A. Reclamante / credor – Município de Abrantes	Ação de Insolvência	A correr termos legais
Processo n.º 376/12.7TBABT, 2.º Juízo, Tribunal Judicial de Abrantes €16.000,00	Autor – Município de Abrantes Réus – Ramiro Vitória Coelho e mulher	Ação de processo sumário	Proferida sentença que manteve a decisão da primeira instância
Processo n.º 459/12.3TBABT, 1.ºJuízo, tribunal Judicial de Abrantes € 721,94	Reclamante/credor – Município de Abrantes Insolvente – Cristina e Mota, Lda	Ação de Insolvência	A correr termos legais
Processo n.º 996/12.0TBACB, 3.ºJuízo, Tribunal Judicial de Alcobaça - Insolvência €441,28	Insolvente: Triângulo . Empresas de Arquitetura e Engenharia, Lda. Credor: Município de Abrantes	Reclamação de Créditos em Insolvência	A correr termos legais
Processo n.º 824/12.6BELRA TAF Leiria €20.651,25	A: Mário Jorge Fernandes Marques e Mulher R: Município de Abrantes	Ação administrativa comum forma sumária	A correr termos legais
Processo n.º 1183/12.2BELRA TAF Leiria €30.000,01	A: UNISELF R: Município de Abrantes Contra-Interessados: GERTAL e outros	Ação Principal	A correr termos legais



Inquérito n.º 829/12.7TAABT MP Abrantes	Denunciante: Município de Abrantes e outros Denunciado: Jorge Manuel da Costa Ferreira Dias	Queixa Crime	Foi deduzido despacho de acusação e apresentado pedido de indenização cível pelo Município de Abrantes
Processo n.º 124/13.4 BELRA TAF Leiria €50.001,00	Autor: Maria Manuela Gil Morgado Filipe C. Int: Madga Sofia esteves Gomes Réu: Município de Abrantes	Ação administrativa especial de pretensão conexa de atos administrativos	A correr termos legais
Injunção n.º 24932/13.7YIPRT €1.384,87	Requerente: TMN Telecomunicações Móveis Nacionais, SA Requerido: Município de Abrantes	Injunção	TMN veio desistir do pedido; Ainda não foi homologado pelo Juiz
Processo n.º 415/13.4TAABT MP do T. J. Abrantes	Queixoso: Município de Abrantes e a sua Presidente Arguidos: Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e Filomena Barros	Processo Crime	A correr o inquérito no Ministério Público
Processo n.º 78939/13.9IYPRT 27.321.41€	Autor: Progitape – Projetos de Arquitetura, Planeamento e Engenharia, Lda. Réu: Município de Abrantes	Ação administrativa comum – forma sumária	A correr termos legais
Processo n.º 818/13.4TBABT – Secção Cível – J 4 da Instância Central de Santarém 59.924,40€	Autor: Município de Abrantes Réu: Mercar – Sociedade Portuguesa de Comércio e Reparação de Automóveis, Lda.	Ação declarativa de condenação com processo ordinário	A correr termos legais
Processo n.º 751/13.0TBABT – 3º Juízo Tribunal Judicial de Abrantes Insolvência 38,12€	Insolvente: Mendes Transportes, SA Reclamante: Município de Abrantes (SMA)	Reclamação de Créditos	A correr termos legais
Processo n.º 752/13.8TBABT – 2º Juízo Tribunal Judicial de Abrantes Insolvência 2.053,09€	Insolvente: Mendes & Gonçalves, SA Reclamante: Município de Abrantes (SMA)	Reclamação de Créditos	A correr termos legais
Processo n.º 842/13.7BELRA 6.693.719,68€	Autor: Construções Jorge Ferreira & Dias, Lda. Réu: Município de Abrantes	Ação Administrativa Comum - Forma Ordinária	A correr termos legais
Processo n.º 1213/13.0BELRA 2.340,00€	Autora: Margarida Cristina Varandas da Silva Rodrigues Réu: Município de Abrantes	Ação Administrativa Especial de Pretensão Conexa com Atos Administrativos	A correr termos legais



Processo n.º 1314/13.5BELRA-A 30.000,01€	Autor: STAL Réu: Município de Abrantes	Ação Administrativa Especial de Pretensão Conexa com Atos Administrativos	A correr termos legais
Processo n.º 567/14.6TBLRA 148,35€	Insolvente: CRIAGÁS, Energia e Comunicações, SA Reclamante/Credor: Município de Abrantes (SMA)	Ação Especial de Revitalização (CIRE)	A correr termos legais
Processo n.º 631/14.1TBABT – 1º Juízo 16.546,37€	Autor: Município de Abrantes Réu: Staroteis e José Procópio Lourenço dos Santos	Ação de Simples Apreciação com Processo Sumário	Suspensa a instância por 60 dias
Processo n.º 699/14.0BELRA TAF de Leiria 1.136.414,00 €	Autor: Município de Abrantes Réu: 1.º - RPP-Retail Parks de Portugal, SGPS, SA 2.º - RPP Solar – Energias Solares, S.A.	Ação administrativa comum	A correr termos legais
Processo n.º 148/14.4T8STR da Secção de Comércio – J1 da Instância Central da Comarca de Santarém	Devedor: Latitude – Imobiliária, Urbanismo e Construção, Lda. Reclamante/Credor: Município de Abrantes (SMA)	Ação Especial de Revitalização (CIRE)	A correr termos legais
Processo n.º 1042/14.4BELRA do TAF de Leiria 5.000,00€	Autor: Pedro de Jesus Pereira e mulher Rosa Gil Gonçalves de Jesus Pereira Réu: CGA e Companhia de Seguros Fidelidade Interveniente Principal: Município de Abrantes	Ação Administrativa Comum	A correr termos legais



Assembleia Municipal de ABRANTES

Sessão de 26 de Junho de 2015

POD 01-Moção-Problemas nos Centro novos Escolares

No dia 9 de Junho, os alunos do Centro Escolar de Bemposta, ficaram em casa por sugestão de responsáveis desse mesmo centro escolar com a justificação do imenso calor que se fazia centro no interior deste complexo. Também nos chegou ao conhecimento que já por diversas vezes a biblioteca de Bemposta serviu de “porto de abrigo” a parte da comunidade escolar.

É do conhecimento público os diversos problemas, desta e de outra índole, detectados nos Centros Escolares de Bemposta, Rio de Moinhos e Lucília Moita sito em Chainça, Abrantes.

É inadmissível que nestes tempos em que a tecnologia permite conceber, projectar, testar e antecipar problemas, se tenham construído estes centros escolares sem ter em conta a eficiência energética, a optimização do espaço interior e outras soluções técnicas básicas a qualquer arquitecto ou desenhador. E isto para nem falar das soluções encontradas para o exterior. As correcções avolumem-se e as queixas, em surdina também, pelo que se impõe perguntar:

1. Quem projectou, aprovou e fiscalizou a construção dos centros escolares?
2. Quem assume a responsabilidade por tão grosseiras falhas?
3. Quem assume a responsabilidade pelo incómodo causado aos alunos, docentes e pessoal auxiliar?

Aguardamos respostas e não desistiremos de as procurar.

Abrantes 26 de Junho de 2015

(O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda)

Armando Silveira

MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 26 de junho de 2015

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. 14)

2. - Consolidação de Contas 2014

Considerando o disposto na alínea l) do n° 2, e do n° 3 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, e dos n°s 2 e 3 do artigo 76° da Lei n° 73/2013, de 3 de setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal e nos termos desta, delibera **aprovar** a **os documentos de prestação de contas Consolidados relativos a 2014**.

Votação:

Aprovada por maioria com 11 abstenções
(1 BE; 3 CDU; 7 PSD)

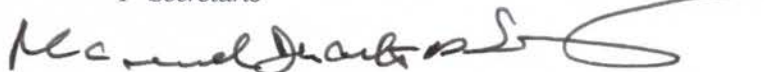
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n°s 3 e 4 artigo 57°, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 26 de junho de 2015

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

3. a) - Apoio à Freguesia: - União das Freguesias de Alvega e Concavada – XIV Feira Gastronómica e Cultural de Alvega

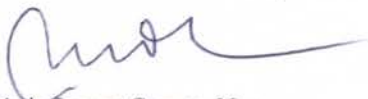
Considerando o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta e com os fundamentos da Câmara Municipal, delibera **aprovar o apoio à União das Freguesias de Alvega e Concavada, no valor de quinhentos euros para a realização da XIV Feira Gastronómica e Cultural de Alvega.**

Votação:

Aprovada por unanimidade

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 26 de junho de 2015

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

3.b) - Apoio à Freguesia: – União das Freguesias de Abrantes e Alferrarede – Cedência do Cine Teatro S. Pedro, em Abrantes

Considerando o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta e com os fundamentos da Câmara Municipal, delibera **aprovar o apoio à União das Freguesias de Abrantes e Alferrarede, com a cedência do Cine Teatro S. Pedro, em Abrantes, para a realização de um Espetáculo Solidário – “Vamos ajudar a reconstruir a casa da Cremilde e do Jorge”, isentando o pagamento das respetivas taxas nos termos dos artigos 10.º e 13.º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.**

Votação:


Aprovada por unanimidade

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal


António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário


Manuel Duarte dos Santos

MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 26 de junho de 2015

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

3.c) - Apoio à Freguesia: – Junta de Freguesia de Mouriscas – Cedência da Escola –
23ª Feira Mostra de Artesanato e Gastronomia

Considerando o disposto na alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta e com os fundamentos da Câmara Municipal, delibera **aprovar o apoio à Junta de Freguesia de Mouriscas com a cedência das instalações da Escola EB1/JI de Mouriscas, para a realização da 23ª Feira Mostra de Artesanato e Gastronomia.**

Votação:

Aprovado por unanimidade

[Assinatura]
26.6.2015

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

[Assinatura]

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

[Assinatura]

Manuel Duarte dos Santos

MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 26 de junho de 2015

(doc. 18)

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

3.d) - Apoio à Freguesia: – União das Freguesias de S. Facundo e Vale das Mós – Corte de árvore

Considerando o disposto na alínea j) do n° 1 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta e com os fundamentos da Câmara Municipal, delibera **aprovar o apoio à União das Freguesias de S. Facundo e Vale das Mós, com a cedência de meios materiais e humanos necessários ao corte de uma árvore.**

Votação:

Aprovado por unanimidade

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n°s 3 e 4 artigo 57°, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

Sessão ordinária – 26 de junho de 2015

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

4. - Extinção do protocolo para gestão do cemitério de Alferrarede

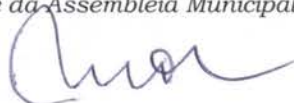
Considerando o disposto na alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta e com os fundamentos da Câmara Municipal, delibera **considerar extinto o protocolo de delegação de competências celebrado em 2002, entre a Câmara Municipal e Junta de Freguesia de Alferrarede para gestão do cemitério, atendendo a que existe contrato interadministrativo com a União de Freguesias de Abrantes e Alferrarede para gestão de cemitérios municipais que se situam no perímetro da freguesia, nos quais se inclui o cemitério de Alferrarede.**

Votação:

Aprovado por unanimidade

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

Sessão ordinária – 26 de junho de 2015

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

5.a) - Compromisso plurianual: – Transportes escolares – vinhetas

Considerando o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, em vigor conforme a alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e com base nos demais fundamentos da proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Abrantes delibera **autorizar a assunção do compromisso plurianual com vista à aquisição de cartões (vinhetas) para os transportes escolares para o ano letivo 2015/2016.**

Votação:

Aprovado por unanimidade

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



Bloco de Esquerda

Grupo Municipal do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Abrantes

(doc. 2)

Assembleia Municipal de ABRANTES
Sessão de 26 de Junho de 2015

POD 05. - Compromisso plurianual:

- b) - Consulta jurídica –AR Montalvo & Associados (C)
- c) - Consulta jurídica – Dr^a Ana Paula Milho (C)

Em nome da competitividade e da transparência o Bloco de Esquerda é contra os procedimentos por ajuste directo, pois, em nosso entender exclui, logo à partida, empresas individuais ou colectivas numa clara perversão das leis do mercado e de uma concorrência sã.

Também não podemos esquecer que são estes os gabinetes que deveriam assessoriar o executivo municipal e, pelo que se consta, o município não confiou neles, no caso da RPP Solar, pelo que se levantam dúvidas sobre esta proposta de renovação.

Recordamos que o executivo Municipal ainda não divulgou quem foi o responsável pela redacção final do protocolo ou contracto celebrado entre o executivo Municipal de Abrantes e a RPP Solar onde não foi incluída uma clausula de reversão no caso do projecto não avançar, o que veio a suceder, lesando os cofres do Município em mais de um milhão de euros.

Perante o exposto votamos contra estas duas propostas de aquisição de serviços.

Abrantes 26 de Junho de 2015

(O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda)

Armindo Silveira



Bloco de Esquerda

Grupo Municipal do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Abrantes

(doc. 22)

Assembleia Municipal de ABRANTES
Sessão de 26 de Junho de 2015

POD 05. - Compromisso plurianual:

e) - Aquisição de licenciamento Microsoft; (C)

O Bloco de Esquerda desde há muito que vem fazendo propostas de aquisição de software livre e sem os municípios e instituições públicas deste país adoptassem estas soluções informáticas, poupar-se-iam milhões e milhões de euros.

Pelo exposto, reitera a proposta de aquisição de software live e vota contra esta proposta de aquisição.

Abrantes 26 de Junho de 2015

(O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda)

Armindo Silveira

Sessão ordinária – 26 de junho de 2015

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. 23)

5.b) - Compromisso plurianual: – Consulta jurídica – Dr. Montalvo

Considerando o disposto na alínea c) do n° 1 do artigo 6°, da Lei n° 8/2012, de 21 de fevereiro, no Decreto-Lei n° 127/2012, de 21 de junho, e nos n°s 1 e 6 do artigo 22° do Decreto-Lei n° 197/99 de 8 de junho, em vigor conforme a alínea f) do n° 1 do artigo 14° do Decreto-Lei n° 18/2008, de 29 de janeiro e com base nos demais fundamentos da proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Abrantes delibera **autorizar a assunção do compromisso plurianual com vista à aquisição de serviços à sociedade “A.R. Montalvo & Associados – Sociedade de Advogados, RL”, em regime de avença na área da consulta jurídica, apoio técnico e de exercício do mandato forense, bem como dos demais atos próprios dos advogados.**

Votação:

Aprovado por maioria com
um voto contra BE

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n°s 3 e 4 artigo 57°, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal


António Lucas Gomes Mor

1° Secretário


Manuel Duarte dos Santos

MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 26 de junho de 2015

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. 24)

5.c) - Compromisso plurianual: – Consulta jurídica – Dr^a Paula Milho

Considerando o disposto na alínea c) do n° 1 do artigo 6º, da Lei n° 8/2012, de 21 de fevereiro, no Decreto-Lei n° 127/2012, de 21 de junho, e nos n°s 1 e 6 do artigo 22º do Decreto-Lei n° 197/99 de 8 de junho, em vigor conforme a alínea f) do n° 1 do artigo 14º do Decreto-Lei n° 18/2008, de 29 de janeiro e com base nos demais fundamentos da proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Abrantes delibera **autorizar a assunção do compromisso plurianual com vista à aquisição de serviços à advogada Ana Paula da Piedade Milho, em regime de avença na área da consulta jurídica, apoio técnico e de exercício do mandato forense, bem como dos demais atos próprios dos advogados.**

Votação:

Aprovado por maioria com
um voto contra BE e
cinco abstenções PSD

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n°s 3 e 4 artigo 57º, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal


António Lucas Gomes Mor

1º Secretário


Manuel Duarte dos Santos

MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 26 de junho de 2015

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. 25)

5.d) - Compromisso plurianual: – Manutenção dos extintores adstritos ao Município de Abrantes

Considerando o disposto na alínea c) do n° 1 do artigo 6º, da Lei n° 8/2012, de 21 de fevereiro, no Decreto-Lei n° 127/2012, de 21 de junho, e nos n°s 1 e 6 do artigo 22º do Decreto-Lei n° 197/99 de 8 de junho, em vigor conforme a alínea f) do n° 1 do artigo 14º do Decreto-Lei n° 18/2008, de 29 de janeiro e com base nos demais fundamentos da proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Abrantes delibera **autorizar a assunção do compromisso plurianual com vista à celebração do contrato de aquisição de serviços de “Manutenção dos Extintores adstritos ao Município de Abrantes.**

Votação:

Aprovado por maioria com
uma abstenção do BE

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n°s 3 e 4 artigo 57º, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

Manuel Duarte dos Santos

MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL



Sessão ordinária – 26 de junho de 2015

(doc. 26)

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

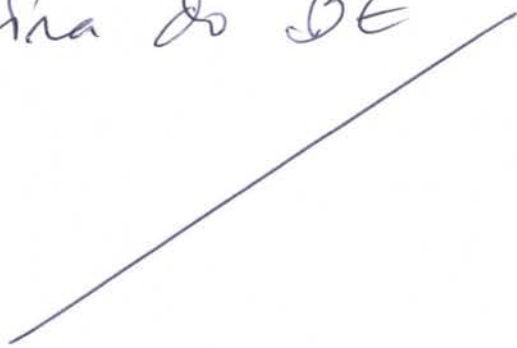


5.e) - Compromisso plurianual: – Aquisição de licenciamento Microsoft

Considerando o disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, no Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, e nos nºs 1 e 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, mantido em vigor pela alínea f) do nº 1 do artigo 14º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro e com base nos demais fundamentos da proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Abrantes deliberar **autorizar a assunção do compromisso plurianual referente ao procedimento pré-contratual para aquisição de licenciamento Microsoft.**

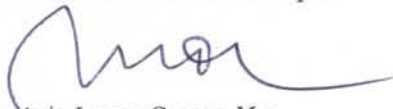
Votação:

Aprovado em maioria com um
voto contra do BE



Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 26 de junho de 2015

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

6. - Autorização de procedimento concursal para cinco assistentes operacionais - Serviços Municipalizados de Abrantes

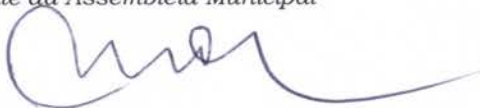
Considerando o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **aprovar a abertura de procedimento concursal de recrutamento para cinco assistentes operacionais - Serviços Municipalizados de Abrantes.**

Votação:

Aprovado em unanimidade

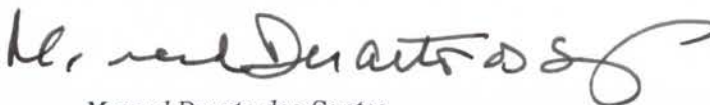
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 26 de junho de 2015

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. 28)

7. - Alteração ao Mapa de Pessoal

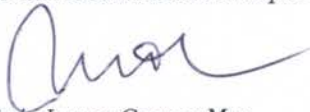
Considerando o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal delibera **aprovar** a **Alteração ao Mapa de Pessoal**, conforme documento anexo.

Votação:

Aprovado por unanimidade

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

11/7

Atribuições/ Competências/ Actividades	Carreira	Categoria	Postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das respectivas actividades (artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)											Trabalhadores ausentes por motivo de:				
			RJEPTI		RJEPTD				Comissão de serviço			CIP		Mobilidade		CIP	M	LsR
					Tempo total		Tempo parcial											
			P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP		
			Pessoal Dirigente															
Os titulares de cargos de direcção exercem, na sua unidade organica, as funções e competências, previstas na Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro e Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de abril com a redacção dada pelas respectivas alterações.	Dirigente	Dirigente Intermediário de 2.º Grau - Chefe de Divisão																
Os titulares dos cargos de direcção intermédia de 3º grau, exercem, na sua unidade organica, as funções e competências, previstas no modelo de estrutura organizacional dos serviços municipais, aprovado pela Assembleia Municipal, nomeadamente, funções de direcção, gestão, coordenação e controlo de serviços ou unidades funcionais, com níveis de autonomia, responsabilidade e dimensão apropriada.	Dirigente	Dirigente Intermediário de 3º Grau - Coordenador de unidade organica																
Ao comandante operacional de protecção civil compete exercer a actividade tendo em vista os objetivos fundamentais da protecção civil, a saber, prevenir os riscos coletivos e a ocorrência de acidente grave ou de catástrofe, atenuar os riscos coletivos e limitar os seus efeitos, socorrer e assistir as pessoas e outros seres vivos em perigo proteger bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público, apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas em áreas afetadas por acidente grave ou catástrofe. Em especial compete-lhe exercer as funções previstas no artigo 14º da Lei 65/2007, de 12/11.	Comandante Operacional Municipal	Comandante Operacional Municipal																

Atribuições/ Competências/ Actividades	Carreira	Categoria	Postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das respectivas actividades (artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)										Trabalhadores ausentes por motivo de:					
			RJEPTI		RJEPTD				Comissão de serviço		CIP		Mobilidade		CIP	M	LsR	
					Tempo total	Tempo parcial	P	AP										P
			P	AP					P	AP	P	AP	P	AP				
Carreiras gerais - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas																		
Aos técnicos superiores, de acordo com a sua área de formação e as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções previstas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, nomeadamente, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projectos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras actividades de apoio geral ou especializado nas áreas de actuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por directivas ou orientações superiores.	Tecnico Superior	Tecnico Superior	78	5 d)	1										5 d)	2 e)	1	
Aos coordenadores técnicos compete nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, exercer funções de chefia técnica e administrativa em uma subunidade orgânica ou equipa de suporte, por cujos resultados é responsável. Realização das actividades de programação e organização do trabalho pessoal que coordena, segundo orientações e directivas superiores. Execução de trabalhos de natureza técnica e administrativa de maior complexidade. Funções exercidas com relativo grau de autonomia e responsabilidade.	Assistente Técnico	Coordenador Técnico	11	1												1		
Aos assistentes técnicos, de acordo com as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções previstas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, nomeadamente, funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em directivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de actuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de actuação dos órgãos e serviços.	Assistente Técnico	Assistente Técnico	102	3 f)														

Atribuições/ Competências/ Actividades	Carreira	Categoria	Postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das respectivas actividades (artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)										Trabalhadores ausentes por motivo de:				
			RJEPTI		RJEPTD				Comissão de serviço		CIP		Mobilidade		CIP	M	LsR
					Tempo total	Tempo parcial											
			P	AP			P	AP	P	AP	P	AP	P	AP			
<p>Aos encarregados operacionais, de acordo com as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções previstas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, nomeadamente, funções de coordenação dos assistentes operacionais afectos ao seu sector de actividade, por cujos resultados é responsável. Realização das tarefas de programação, organização e controlo dos trabalhos a executar pelo pessoal sob sua coordenação. Substituição do encarregado geral nas suas ausências e impedimentos.</p>	Assistente Operacional	Encarregado Operacional	3														
<p>Aos assistentes operacionais, de acordo com a sua área de especialidade e as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções previstas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, nomeadamente, funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, enquadradas em direitvas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis; Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico; Responsabilidade pelos equipamentos sob a sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à sua manutenção e reparação dos mesmos.</p>				Assistente Operacional	Assistente Operacional	121	5 g)										

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Atribuições/ Competências/ Actividades	Carreira	Categoria	Postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das respectivas actividades (artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)												Trabalhadores ausentes por motivo de:																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
			RJEPTI		RJEPTD				Comissão de serviço		CIP		Mobilidade		CIP	M	LsR																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
					Tempo total		Tempo parcial																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
			P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Aos especialistas de informática, de acordo com as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções previstas no Dec-Lei nº 97/2001, de 26/03 e Portaria nº 358/2002 de 03/04, nomeadamente, funções de concepção e aplicação em qualquer das seguintes áreas: Gestão e arquitectura de sistemas de informação; Infraestruturas tecnológicas e engenharia de software.(ver especificações na referida Portaria). Incumbe ainda ao pessoal integrado nesta carreira as seguintes tarefas, nas respectivas áreas de especialidade: - colaborar na definição de políticas, no desenvolvimento dos sistemas e tecnologias de informação, na modelização de testes e na avaliação de protótipos e na realização de actividades de consultadoria e auditoria especializada; - estudar o impacto dos sistemas e das tecnologias de informação na organização do trabalho e no sistema organizacional, propondo medidas adequadas para a introdução de inovações na organização e funcionamento dos serviços e para a formação dos utilizadores de informática: - participar no planeamento e no controlo de projectos informáticos.	Especialista de informática	Especialista de informática, grau 2	1																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														

Atribuições/ Competências/ Actividades	Carreira	Categoria	Postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das respectivas actividades (artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)												Trabalhadores ausentes por motivo de:		
			RJEPTI		RJEPTD				Comissão de serviço		CIP		Mobilidade		CIP	M	LsR
					Tempo total		Tempo parcial										
			P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	
Aos fiscais municipais, compete exercer as funções previstas no Despacho SEALOT nº20/94, publicado no Diário da Republica nº110 de 12 de Maio de 1994, nomeadamente, fiscalizar e fazer cumprir os regulamentos, posturas municipais e demais dispositivos legais relativos a área de ocupação da via pública., publicidade, trânsito, obras particulares, abertura e funcionamento de estabelecimentos comerciais ou industriais, preservação do ambiente natural, deposição, remoção, transporte, tratamento e destino final dos resíduos sólidos, públicos, domésticos e comerciais, preservação do património, segurança no trabalho e fiscalização preventiva do território; Presta informações sobre situações de facto com vista à instrução de processos municipais nas áreas da sua actuação específica.	Fiscal Municipal	Fiscal Municipal Especialista	2														
		Fiscal Municipal 1ª classe	2														
		Fiscal Municipal 2ª classe	1														
Aos fiscais de obras, compete exercer as funções previstas no Despacho n.º 38/88, publicado na II série do DR de 36 de janeiro de 1989, nomeadamente fiscalizar os trabalhos realizados na via pública, por empresas concessionárias e outras, de acordo com o regulamento de obras na via pública, efectuando as medições necessárias; Informa os processos que lhe são distribuídos; Obtem todas as informações de interesse para os serviços onde está colocado, através de observação directa no local; Verifica e controla as autorizações e licenças para a execução dos trabalhos; Vistoria prédios, informando sobre o seu estado de conservação.	Fiscal de obras	Fiscal de Obras	1														
		chefe	0													1	
		bombeiro de 1ª	0													2	
Ao bombeiro profissional, compete exercer as funções de socorro à população, nomeadamente as previstas no Dec-Lei nº 106/2002 de 13/04 e no Dec-Lei nº 241/2007 de 21/06, com as alterações que lhe foram introduzidas.	bombeiros	bombeiro de 2ª	5													3	1
			335	11	1	0	0	0	0	8	6	0	0	9	2	7	3
TOTAL																	

PR-6/7

Legenda:

P: Posto de trabalho providos

AP: Postos de trabalho a prover

RJEPTI: Relação jurídica de emprego publico por tempo indeterminado

RJEPTD: Relação jurídica de emprego publico por tempo determinado ou determinável

CJP: Cedência de Interesse publico (entidades de origem ou de destino, consoante o fluxo, não abrangidas pelo âmbito de aplicação objectivo da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)

M: Mobilidade (entidades empregadoras publicas de origem ou de destino, abrangidas pelo ambito de aplicação objetivo da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)

LsR: Licença sem remuneração

Observações:

- a) Quatro técnicos superiores do mapa de pessoal do Município de Abrantes, encontram-se em comissão de serviço, como Chefes de Divisão, três dos quais em regime de substituição
- b) Recrutamento para três Chefes de Divisão, para a Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão do Capital Humano; Divisão de Cultura, Património e Desporto e Divisão de Gestão de Projetos e Produção
- c) Recrutamento para dois Dirigentes de 3º Grau, para as Unidades Organicas de 3º grau de Ambiente e Sustentabilidade e de Desenvolvimento Económico e Turístico
- d) Recrutamento para cinco postos de trabalho, ocupados em mobilidade, com formação superior nas áreas de línguas; de ciências documentais; de gestão turística e Cultural; de administração pública e de engenharia civil.
- e) Dois postos de trabalho em mobilidade, um com formação superior em História outro em Economia
- f) Recrutamento para três postos de trabalho de assistente técnico, que se encontram ocupados em mobilidade
- g) Recrutamento para cinco postos de trabalho, um para funções de eletricista, dois para funções de pedreiro, um para funções de Pintor de Construção Civil e um para funções de Eletricista Auto.
- h) Recrutamento para um posto de trabalho com formação em curso que confira certificação da qualificação de nível 3 na área de informática

20.7/7



Assembleia Municipal de ABRANTES

Sessão de 26 de Junho de 2015

POD 08-Moção-Contra a Privatização do troço da A23 entre Torres Novas e Abrantes

É de conhecimento público que o Governo tenciona privatizar o troço da A23 entre Torres Novas e Abrantes. Se esta privatização se concretizar, será efectiva a colocação de pórticos em todas as entradas e saídas e o aumento das portagens ou do pagamento de troços que, até à data, se mantêm gratuitos - do qual é exemplo o troço Montalvo – Abrantes Oeste, o que irá ter consequências negativas para as populações e empresas de uma vasta região onde se incluiu o concelho de Abrantes.

Com esta privatização cai por terra os esforços de voltar a tornar a A23 uma via de comunicação livre de portagens, factor incontornável na sua construção dado ser considerada uma ferramenta imprescindível no desenvolvimento económico dos distritos que liga.

A Assembleia Municipal de Abrantes reunida em sessão Ordinária delibera que:

- 1.Face à intenção do Governo, a Assembleia Municipal de Abrantes, recomenda ao Governo de Portugal que não avance com a privatização da A23 dado os danos evidentes para a economia de uma vasta região;
2. Porque se trata de uma questão que abrange vários concelhos do Médio Tejo, recomenda-se que a Comunidade Intermunicipal MedioTejo se reúna com os restantes autarcas da região de forma a haver uma tomada de posição conjunta no sentido de sensibilizar o Governo para esta questão;
3. Por ser um assunto de máximo interesse público, a Assembleia Municipal de Abrantes, delibera que esta moção seja enviada, além do Governo de Portugal, para a Assembleia da República, Assembleia Municipal de Constância, Entroncamento e Torres Novas e para a comunicação social regional.

Abrantes 26 de Junho de 2015

(O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda)

Armando Silveira

MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 26 de junho de 2015

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc.30)

8. – Moção – Contra a Privatização do troço da A23 entre Torres Novas e Abrantes – Proposta do BE

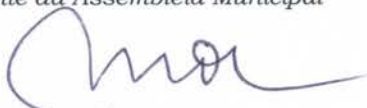
Considerando o disposto na alínea j) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, de acordo com o qual compete à Assembleia Municipal tomar posição perante quaisquer órgãos do Estado ou entidades públicas sobre assuntos de interesse para o Município, a Assembleia Municipal delibera:

Votação:

Aprovado por maioria, voto a
favor 4, (1 BE + 3 CDU) e
27 (vinte e sete) abstenções
(1 CDS/PP; 19 PS; 7 PSD)

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos



Bloco de Esquerda

Grupo Municipal do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Abrantes

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
(doc. 3)

Assembleia Municipal de ABRANTES
Sessão de 26 de Junho de 2015

[Handwritten signature]

POD 09-Proposta de auscultação da Comunidade Intermunicipal do MédioTejo

Estando cada vez mais os territórios ligados e interdependentes uns dos outros, sendo a Comunidade Intermunicipal do MedioTejo (CIMT) uma instituição com cada vez mais intervenção no território do Médio Tejo, a Assembleia Municipal de Abrantes, reunida em sessão Ordinária, delibera convocar a CIMT para estar presente na próxima sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Abrantes para prestar os esclarecimentos que cada bancada parlamentar achar conveniente e que se enquadre no âmbito de actuação da referida entidade.

Abrantes 26 de Junho de 2015

(O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda)

Armindo Silveira

MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 26 de junho de 2015

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc.32)

9. – Auscultação da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo – Proposta do BE

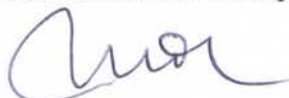
Considerando o disposto no n.º 5 do artigo 25.º, e o n.º 2 do artigo 90.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Abrantes, delibera **convocar** a **Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo para a próxima sessão ordinária para responder perante os seus membros pelas atividades desenvolvidas no âmbito da área da comunidade intermunicipal do município.**

Votação:

Rejeitada a proposta, com onze (11)
votos (1 CDS/PP + 10 PS), treze (13)
abstenções (6 PS + 7 PSD) e a
favor quatro (4), (1 BE + 3 CDU)

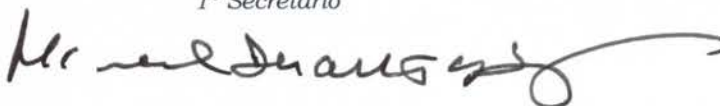
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

Reformulação das 2 propostas anteriormente admitidas;
Admissão à discussão por UNANIMIDADE.

DELIBERAÇÃO:
ver última folha

Moção: Pela defesa do Centro Hospital Médio Tejo

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) é o garante da universalidade e qualidade na prestação de cuidados de saúde a todos os portugueses, independentemente das suas condições económicas ou sociais.

(mar
(doc.33))

Nos últimos anos temos assistido a uma estratégia política de tentativas de destruição do SNS que se traduz em cortes orçamentais, com consequente subfinanciamento, concentração e encerramento de serviços e valências e enorme carência de profissionais de saúde. Assiste-se, cada vez mais, a uma transferência de custos da saúde para os utentes, designadamente através do aumento das taxas moderadoras e não atribuição de transportes de doentes não urgentes, indispensável para o acesso a consultas, exames, tratamentos ou cirurgias.

(mar
[assinatura]
[assinatura])

Ao mesmo tempo que os governos cortam no SNS, têm aumentado continuamente as verbas destinadas às Parcerias Público Privadas (PPPs).

As medidas de reorganização hospitalar já feitas, e as anunciadas, foram entretanto enquadradas pela Portaria 82/2014, rejeitada por muitos setores do País e também nesta Assembleia Municipal, em sessão de 20 de Junho de 2014.

A reestruturação hospitalar foi anunciada com termos bondosos, mas todos os resultados das que já foram realizadas apontam para a sua verdadeira natureza:

- Por um lado economicista, porque pretende reduzir a despesa pública em saúde a todo o custo, sem olhar às consequências na prestação dos cuidados de saúde aos utentes;
- Por outro lado, ideológica, porque o resultado tem sido a redução dos serviços públicos e a promoção da privatização da saúde.

A anunciada criação do Grupo Hospitalar do Ribatejo, coberta pela Portaria 82 de 2014, insere-se nesta estratégia política: O Centro Hospitalar do Médio Tejo poderá perder várias valências, as acessibilidades ficarão mais difíceis para utentes e familiares, os

cuidados de proximidade cada vez ficarão mais longe de serem atingidos.

A 7 de outubro de 2013, os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde - Entidade Pública Empresarial, assinaram um contrato com a empresa Antares Consulting, este contrato visou a elaboração de um estudo sobre a reorganização da oferta hospitalar para a ARSLVT.

Os resultados do estudo não foram entregues aos autarcas das regiões envolvidas, para que estes se possam pronunciar com base no estudo, mas também de acordo com as necessidades de cuidados de saúde da região que tão bem conhecem.

É incompreensível que os resultados deste estudo, não tenham sido tornados públicos, para que a população abrangida pelo mesmo se pronuncie.

A recondução do atual Conselho de Administração do Hospital Distrital de Santarém (ao qual foi adicionado um elemento com a responsabilidade exclusiva de acompanhar o processo de criação do novo Grupo Hospitalar do Ribatejo), pode suscitar a leitura política de que o Executivo preparou nomeações à pressa, em fim de legislatura, com critérios e propósitos pouco transparentes, permitindo a leitura de que se trata de mais uma manobra eleitoralista, promovida à revelia da vontade das populações.

A criação desta mega- estrutura de saúde pode provocar danos irreparáveis ao Distrito, podendo colocar em causa a prestação de cuidados de saúde aos mais de 400 mil cidadãos que constituem a população da região".

Tendo em conta o acima exposto a Assembleia Municipal de Abrantes delibera:

- Reiterar a rejeição da Portaria nº 82/2014;
- Rejeição da Formação do grupo Hospitalar do Ribatejo;
- A defesa Intransigente da manutenção do Centro Hospitalar do Médio Tejo.

A Assembleia decide enviar esta moção a:

A Sua Excelência o Presidente da República.

A Sua Excelência o Primeiro-ministro.

A Sua Excelência o Ministro da Saúde.

A Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde.

A todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República.

À Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.

À Administração Regional de Saúde do Médio Tejo, I.P.

26 de Junho de 2015

*Aprovada por maioria com vinte e
quatro (24) votos a favor (1 BE+3 CDU+20 PS),
duas (2) abstenções PSD e seis (6) votos contra
(1 CDS/PP+5 PSD)*

[Signature]
26.6.2015

Doc 34
2015/09/28

Declaração de voto: ponto 6 da OT – AM 26 de Junho de 2015

A Bancada Municipal do PSD vota a favor da “Autorização de procedimento concursal para cinco assistentes operacionais – Serviços Municipalizados de Abrantes”, contudo ao abrigo do Estatuto de Direito de Oposição, solicitamos que nos seja disponibilizada a seguinte informação sobre os recrutamentos em questão:

- i) Lista de candidatos admitidos/excluídos do concurso e respetiva justificação;
- ii) Currículo dos candidatos;
- iii) Ata da decisão final, com a indicação dos candidatos escolhidos e com a explicitação dos critérios que determinaram a escolha;

Solicitamos estes documentos em nome de uma maior transparência, clarificação e acesso à informação por parte dos membros da AM, para que este órgão possa efetuar o desejável acompanhamento e fiscalização da atuação da câmara municipal.

Abrantes 26 de Junho de 2015

Declaração de voto: ponto 7 da OT – AM 26 de Junho de 2015

A Bancada Municipal do PSD vota a favor da “Alteração do mapa de pessoal”, contudo ao abrigo do Estatuto de Direito de Oposição, solicitamos que para os procedimentos concursais a promover de acordo com o Mapa de Pessoal, nos seja facultada a seguinte informação:

- i) Lista de candidatos admitidos/excluídos do concurso e respetiva justificação;
- ii) Currículo dos candidatos;
- iii) Ata da decisão final, com a indicação dos candidatos escolhidos e com a explicitação dos critérios que determinaram a escolha;

Solicitamos estes documentos em nome de uma maior transparência, clarificação e acesso à informação por parte dos membros da AM, para que este órgão possa efetuar o desejável acompanhamento e fiscalização da atuação da câmara municipal.

Abrantes, 26 de Junho de 2015